



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
COLÉGIO DE DIRIGENTES

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CODIR DE 2026

Presidida por:	REITORA NÍDIA HERINGER
Local:	PLATAFORMA DE CONFERÊNCIAS MCONF
Data:	18 e 23 de março de 2026
Hora:	18 de março Início 09h02 Intervalo das 11h21 às 11h31 e das 12h07 às 13h45 Término 16h03 23 de março Início 13h58 Término 16h43

PAUTA DA REUNIÃO

I. Expediente:

- Apresentação de Projeto Institucional: Projeto *Smart Bookline*: Inteligência Artificial para Otimizar e Auxiliar a Gestão de Eventos Técnico-Científicos (Prof. Fernando Luis de Oliveira - *Campus* São Borja);
- Apreciação do registro das 7ª e 8ª Reuniões Ordinárias do Codir, realizadas em 24 de novembro de 2025;
- Apreciação do registro da 9ª Reunião Ordinária do Codir, realizada em 10 de dezembro de 2025.

II. Ordem do dia:

1. Gabinete do(a) Reitor(a)

- Apresentação do Procurador Chefe Allan de Alcântara junto ao IFFar, Portaria CC/MEC Nº 1431/2025;
- Programa Rede APE: Portaria Eletrônica Nº 223/2026: Ações 2026 e 2027;
- Período de Defeso Eleitoral 2026;
- Calendário de Atividades 2026;
- Plano de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da discriminação no IFFar - PSPEAD - IFFar (Processo Eletrônico Nº 23873.003771/2025-41); e
- Apreciação do Parecer *Ad Referendum* nº 1/2026 que aprovou a flexibilização para abertura de turmas nos cursos técnicos subsequentes e dos cursos do Proeja do IFFar.

2. *Campi* Santo Ângelo, Santa Rosa e São Luiz Gonzaga

Ofício No 1/2026 - Gab/DG/SAN

2.1 Solicitação de inclusão de atividade alusiva aos 400 anos das Missões Jesuíticas Guaranis no Calendário Institucional do IFFar (Ofício Eletrônico Nº 178/2025 - GAB: Representação do IFFar para a Comissão Oficial dos 400 Anos das Missões Jesuíticas Guaranis).

3. *Campus* Alegrete*

Ofício Nº 20/2026 - Gab/AL

3.1 Flexibilização para a abertura de turmas dos cursos superiores.

4. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRDI

Solicitação Nº 153 - PRDI:

4.1 Flexibilização do número de matrículas para a abertura de novas turmas no ano de 2026, em atenção ao artigo 31 da Resolução nº 55/2020, de acordo com o cenário dos *campi*.

Ofício Nº 6/2026 - PRDI:

4.2 Distribuição Códigos de Vaga Docente - Portaria MEC 787/2025*;
4.3 Proposta Organograma Novas Unidades e Ajuste Organograma *Campus* Uruguaiana;
4.4 Prestação de Contas PS Integrados - Ingresso 2026;
4.5 Relatório de Gestão (pauta conjunta PRDI/DPDI/Gabinete/DGRC);
4.6 Apreciação IN Aceleração Progressão por Capacitação Servidores TAEs (Processo Eletrônico Nº 23873.007573/2025-57); e
4.7 Plano de Ação - Exercício 2026.

5. Pró-Reitoria de Ensino - Proen
Ofício Nº 23/2026 - Proen:
5.1 Regulamento das Bibliotecas (Processo Eletrônico Nº 23873.006926/2025-00);
5.2 Passe Fácil Estudantil; e
5.3 Certificação do Ensino Médio via Portaria nº 7/2026
5.4 Evento nacional do programa Rede APE.**

6. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação - PRPPGI
Ofício Nº 10/2026 - PRPPGI:
6.1 Implementação de diplomas e certificados digitais no âmbito da Pós-Graduação do IFFar.
6.2 Informe:
- III Encontro de gestores de Pesquisa e Pós-graduação do IFFar.

7. Pró-Reitoria de Administração - Proad
Ofício Nº 3/2026 - Proad:
7.1 Procedimentos e prazos para liberação de limites orçamentários 2026;
7.2 Procedimentos e prazos para operacionalização de emendas parlamentares no âmbito do MEC;
7.3 Informações e prazos para solicitações de alterações orçamentárias 2026 (crédito, remanejamento e outras medidas);
7.4. Desligamento do SPIUNet e migração para o SPUNet, com orientações às unidades quanto aos impactos e ajustes necessários;
7.5. Mapeamento das despesas fixas das unidades (contratos e demais despesas continuadas), com vistas à consolidação institucional.

8. Pró-Reitoria de Extensão - Proex
Ofício Nº 7/2026 - Proex:
8.1 Editais de Fomento à Extensão: aplicação de recursos orçamentários da Proex e dos *campi*;
8.2 Oferta de vagas para o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) 2027;
8.3 Estágio Internacional (custeio de seguros internacionais);
8.4 Informes:
- Agenda 2030: Selo ODS Educação 2025 e 2026;
- Ranking de IES Empreendedoras 2025.

III. Comunicado dos membros:
IV. Encerramento.
*Retirada de pauta
**Inclusão de pauta

REGISTRO DE PRESENCAS					
DIRIGENTE		NOME	FREQ. Manhã 18/03	FREQ. Tarde 18/03	FREQ. Tarde 23/03
01	REITORA	NÍDIA HERINGER	✓	✓	✓
02	PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO	DEIVID OLIVEIRA	✓	✓	✓
03	PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	CARLOS RODRIGO LEHN	✓	✓	✓
04	PRÓ-REITORA DE ENSINO	PATRICIA METZ DONICHT	✓	✓	—
	PRÓ-REITORA DE ENSINO SUBSTITUTA	ANDRIÉLI HEDLUND BANDEIRA	—	—	✓

05	PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO	GETÚLIO STEFANELLO	✓	—	✓
	PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO SUBSTITUTO	DIOGO MAUS	✓	✓	—
06	PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO	THIRSSA GRANDO	✓	✓	✓
07	DIRETORA-GERAL ALEGRETE	MIRIAN MARCHEZAN	✓	✓	✓
08	DIRETORA-GERAL FREDERICO WESTPHALEN	SILVANA PEDROZO	✓	✓	—
	DIRETOR-GERAL FREDERICO WESTPHALEN SUBSTITUTO	ANDERSON FETTER	—	—	✓
09	DIRETOR-GERAL JAGUARI	RICARDO RODRIGUES	✓	✓	✓
10	DIRETORA-GERAL JÚLIO DE CASTILHOS	SILVIA MONTAGNER	✓	✓	✓
11	DIRETOR-GERAL PANAMBI	MARCELO BATAGLIN	✓	✓	✓
12	DIRETORA-GERAL SANTA ROSA	ANALICE MARCHEZAN	—	—	—
	DIRETORA-GERAL SANTA ROSA SUBSTITUTA	MELISSA WALTER	✓	✓	✓
13	DIRETORA-GERAL SANTO ÂNGELO	MARIÉLI MACHADO	✓	✓	✓
14	DIRETORA-GERAL SANTO AUGUSTO	MÁRCIA FINK	✓	✓	✓
15	DIRETORA-GERAL SÃO BORJA	MAÍRA FRIGO FLORES	✓	✓	✓
16	DIRETOR-GERAL SÃO VICENTE DO SUL	PAULO ROBERTO DEON	✓	✓	✓
17	DIRETOR-GERAL URUGUAIANA	JHONATHAN SILVEIRA	✓	✓	✓
	DIRETORA-GERAL URUGUAIANA SUBSTITUTA	LOUISE SILVA PINHO	—	—	✓

EQUIPE DE APOIO

18/03: Dalva Pillar, Gabinete da Reitoria - GRE; Denise Xavier, Ricardo Prati e Verônica Vasques, Secretaria Executiva - SEE; Fabrício Colvero - Web TV.

23/03: Dalva Pillar, Gabinete da Reitoria - GRE; Denise Xavier, Fernanda Ziegler, Ricardo Prati e Verônica Vasques, Secretaria Executiva - SEE; Fabrício Colvero - Web TV.

CONVIDADOS

18/03: Carla Comerlato Jardim - Rede APE; Fernando Luis de Oliveira - Coordenação Geral de Ensino do Campus São Borja; Gabriel Adolfo Garcia - Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional; Katiele Hundertmarck - Coordenação de Ações Afirmativas; Renata Rotta - Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional do *Campus* Santa Rosa; Ian Fabricio Brites - Proex; Daiana de Freitas Carpenedo - Diretoria de Gestão de Pessoas.

23/03: Priscila Porta Nova de Oliveira - Diretoria de Assistência Estudantil.

REGISTRO DA REUNIÃO

A Reitora Nídia Heringer iniciou a 1ª Reunião Ordinária do Colegiado de Dirigentes - Codir, no dia 18 de março de 2026, às 9 horas, de forma on-line na Plataforma de Conferências Mconf. Inicialmente, a Reitora deu as boas-vindas aos dirigentes e à comunidade acadêmica que acompanhava a transmissão, destacando que, em virtude da ausência de intérpretes, não seria necessário manter as câmeras fechadas, incentivando a participação ativa de todos ao longo do encontro. Na sequência, foi realizada a saudação nominal dos dirigentes presentes. A Reitora registrou a participação remota do Pró-reitor de Extensão, Getúlio Stefanello, que representava a instituição em Recife, em atividade relacionada à certificação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Getúlio/Proex agradeceu a oportunidade de representação e relatou brevemente sua participação na Rede Uni Sustentável e no Encontro Nacional de Certificação das Instituições que participaram do selo ODS Educação ressaltando a relevância das atividades para o fortalecimento das ações institucionais em sustentabilidade. Nídia registrou a presença da ex-reitora do IFFar, Carla Jardim, que também saudou os dirigentes e destacou a satisfação em participar da reunião e reencontrar colegas da instituição. Prosseguindo, foram realizadas as saudações aos Diretores-Gerais dos *campi*. A Reitora destacou ainda a importância do mês de março como período de reflexão sobre as pautas de equidade,

igualdade de direitos e enfrentamento à violência, parabenizando as mulheres do IFFar por sua atuação pela educação pública. Na sequência, foram apresentados os informes iniciais e a organização da pauta da reunião. A Reitora comunicou a retirada do item 4.2 (Distribuição Códigos de Vaga Docente) da pauta da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRDI, em razão da necessidade de discussão prévia com a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), e a inclusão de ponto referente ao Ofício nº 22 da Setec na pauta da Pró-Reitoria de Ensino - Proen que trata de seminário sobre acesso, permanência e êxito, a ser realizado nos dias 14, 15 e 16 de abril. Também comunicou que o ponto sobre o Reconhecimento de Saberes e Competências - RSC seria tratado na pauta da PRDI e que, provavelmente, um Grupo de Trabalho - GT seria constituído com a presença da Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - CIS. Nídia perguntou sobre o interesse de inclusão de pauta no início da reunião. A Diretora-geral Maíra Flores/SB informou o envio de solicitação de flexibilização da oferta de vagas do *Campus* São Borja. Nídia solicitou que fosse incluído na pauta da PRDI. O Diretor-geral Jhonathan Silveira/UG questionou sobre a retirada do item 4.2, sendo esclarecido pela Reitora que a decisão visava atender à legislação vigente e garantir a participação da CPPD no processo de distribuição, com previsão de retomada do tema na reunião subsequente. Por fim, foi proposta a apreciação, em bloco, dos registros das 7ª e 8ª reuniões do Codir, bem como da 9ª reunião realizadas em 2025, as quais foram aprovadas por unanimidade. Antes de passar para a discussão das matérias, a Diretora-geral Mirian Marchezan/AL solicitou a retirada do ponto que tratava o Ofício Nº 20/2026 - GAB/AL, visto também tratar sobre a flexibilização de abertura de turmas, ponto incluído na pauta da PRDI. Programa Rede APE (Portaria Eletrônica Nº 223/2026 - GRE): Ações 2026 e 2027 (33min16). Nídia falou que o Programa Acesso, Permanência e Êxito (Rede APE) já havia sido apresentado, em momento anterior, quando suas ações ainda faziam parte de um projeto. Nesta reunião, a coordenadora do Programa, Carla Jardim, traria os resultados das atividades desenvolvidas no ano de 2025, bem como o esboço do plano de atividades previstas para os anos de 2026 e 2027. Nídia ressaltou que a iniciativa deixou de ser caracterizada como projeto, passando à condição de programa do Ministério da Educação. No IFFar, a Portaria Eletrônica nº 223/2026 - GRE constitui a Equipe Técnica Gestora que conduzirá as atividades do Programa Acesso, Permanência e Êxito na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Rede APE, conforme Portaria Nº 4/2026 - MEC/Setec. Também informou que os Termos de Execução Descentralizada - TEDs para os recursos de 2026 foram recebidos e que o recurso de 2027 está no aguardo do deferimento do plano de trabalho. O programa tem sido executado por meio da fundação de apoio conveniada com o IFFar, a Facto, do Instituto Federal do Espírito Santo. Dando sequência, Carla - Rede APE destacou a importância do programa para o fortalecimento das políticas de acesso, permanência e êxito dos estudantes, enfatizando o papel do IFFar como instituição executora da iniciativa. Agradeceu à equipe gestora do IFFar e aos membros da equipe do programa. Apresentou os principais resultados alcançados no ano de 2025, dentre os quais: Realização de diagnóstico quanti-qualitativo abrangendo 100% das instituições da Rede Federal; Constituição de instâncias de articulação, com destaque para o Comitê Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito; Realização de cinco seminários regionais com ampla participação da comunidade acadêmica. Informou que o diagnóstico resultou em relatório abrangente, contendo análise de dados, levantamento de experiências institucionais e identificação de desafios e recomendações para subsidiar políticas públicas. Destacou a construção do Plano Nacional de Acesso, Permanência e Êxito, elaborado colaborativamente com a Rede Federal. Apontou como principais desafios: limitações orçamentárias, necessidade de ampliação de infraestrutura e de pessoal, dificuldades de aprendizagem e qualificação das práticas pedagógicas. Por fim, apresentou a consolidação do Programa Rede APE como política nacional, orientada por princípios de equidade, inclusão, respeito à diversidade e compromisso com a educação pública. Além disso, apresentou as ações em andamento e perspectivas do programa para o período subsequente. Informou que estão

em execução três frentes principais: a Meta 4, referente à capacitação de, no mínimo, 500 servidores da Rede Federal, por meio de programa de formação ofertado via Moodle institucional do IFFar, estruturado em cinco linhas formativas direcionadas a públicos específicos, com turmas iniciais de 158 participantes e foco na formação de multiplicadores; a Meta 5, relativa ao desenvolvimento de um ambiente de compartilhamento de experiências, integrado à Plataforma Nilo Peçanha (PNP), com o objetivo de dar visibilidade às práticas, projetos e ações institucionais; e a Meta 6, que prevê a realização de evento nacional para lançamento dessas iniciativas. Anunciou a realização de evento nacional que ocorrerá nos dias 14, 15 e 16 de abril: no dia 14 ocorrerá um evento da Setec chamado Seminário Nacional de Acesso e Permanência dos Estudantes, enquanto nos dias 15 e 16 ocorrerá o Seminário Nacional da Rede APE. O evento contará com participação estimada de 310 participantes, priorizando profissionais que atuam diretamente nas áreas de ensino, registros acadêmicos, assistência estudantil, gestão de dados e apoio bio-psico-pedagógico, com transmissão ao vivo pela WebTV institucional. Apresentou a programação preliminar, composta por momentos coletivos, mesas temáticas, oficinas e plenária final, destacando que as oficinas produzirão resultados aplicáveis às instituições, alinhados aos eixos do Plano Nacional de Acesso, Permanência e Êxito. No que se refere às perspectivas do Programa, informou a reestruturação do plano de trabalho e a ampliação das metas, com a inclusão de novas frentes: diagnóstico e recomendações sobre alimentação escolar, moradia, transporte e inclusão; oferta contínua de cursos autoinstrucionais (MOOCs); criação de publicação científica para divulgação da produção da Rede Federal; e elaboração de diretrizes para acolhimento estudantil, apoio bio-psico-pedagógico e assistência estudantil. Destacou, por fim, a previsão de novo aporte financeiro para execução das ações, condicionado à liberação orçamentária, e reiterou o agradecimento ao IFFar e às equipes envolvidas. Nídia agradeceu Carla pela inclusão do item referente às ações afirmativas, visto que atualmente não tem, na PNP, o número de estudantes incluídos. O pedido de inclusão, por meio do programa, tem a finalidade de, futuramente, subsidiar a portaria de distribuição da matriz orçamentária, garantindo a destinação de recursos específicos por estudante incluído. Ressaltou avanços recentes na legislação quanto à possibilidade de contratação de profissionais temporários especializados. Maíra Flores/SB manifestou reconhecimento à importância do programa e questionou sobre a possibilidade de desenvolvimento de ferramenta preditiva de evasão estudantil baseada em dados institucionais. Carla - Rede APE informou que existe iniciativa anterior, denominada CISA, que a Setec financiou o projeto junto à Universidade Federal do Goiás, desenvolvida com apoio da Setec/MEC, porém descontinuada por limitações operacionais e de integração com sistemas acadêmicos. Esclareceu que há intenção de retomar e adaptar soluções existentes, futuramente, ressaltando a importância da qualidade dos registros institucionais para a efetividade de qualquer ferramenta analítica. Mariéli Machado/SAN parabenizou a equipe pelo trabalho desenvolvido, destacando os impactos positivos já percebidos nos *campi* e a relevância do uso de dados para qualificação das ações institucionais. Carla agradeceu à equipe do IFFar e aos *campi* envolvidos, colocando-se à disposição para continuidade dos trabalhos e alinhamentos futuros. Dando continuidade, Nídia expôs que um projeto com configuração diferenciada seria socializado, cuja autoria é do docente Fernando Luis de Oliveira do *Campus* São Borja. Projeto Smart Bookline: Inteligência Artificial para Otimizar e Auxiliar a Gestão de Eventos Técnico-Científicos (1h14min34). A Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação – PRPPGI, Thirssa Grando, introduziu a apresentação do *Bookline* destacando sua relevância na gestão de eventos científicos no IFFar e sua recente ampliação de uso em nível nacional, especialmente nas atividades vinculadas ao Programa Rede APE. Ressaltou o caráter institucional da ferramenta, desenvolvida no IFFar, com envolvimento de estudantes no processo de desenvolvimento e suporte. Na sequência, Fernando Luis/SB realizou apresentação do *Bookline* contextualizando sua origem, evolução e estado atual. Informou que a ferramenta teve início em 2015, a partir da necessidade de automatizar o processo de avaliação de trabalhos no âmbito da Mostra da Educação Profissional e Tecnológica - MEPT do IFFar. Relatou que,

ao longo dos anos, o sistema evoluiu para contemplar funcionalidades como submissão de trabalhos, avaliação a distância, inscrições em eventos, controle de frequência e emissão de certificados, além de melhorias na usabilidade e infraestrutura. Destacou a participação ativa de estudantes no desenvolvimento e na operacionalização da ferramenta. Fernando apresentou a evolução tecnológica do sistema, incluindo a criação de novas versões (*Bookline* 2.0 e 3.0), com aprimoramentos na interface, segurança, integração de funcionalidades e compatibilidade com dispositivos móveis. Informou que, em 2025, o sistema alcançou números expressivos, com dezenas de eventos gerenciados, milhares de usuários cadastrados, inscrições realizadas, certificados emitidos, trabalhos submetidos e avaliações registradas, evidenciando sua consolidação como ferramenta institucional. Destacou a expansão do uso do *Bookline* para outros Institutos Federais, bem como a formalização de acordos de cooperação técnica, reforçando o papel do IFFar como fornecedor de tecnologia para a Rede Federal. Ressaltou que o *Bookline* vem sendo utilizado também por instâncias do Ministério da Educação, incluindo a Setec, e reforçou a importância de seu reconhecimento como ativo institucional estratégico. Nídia ratificou a importância da ferramenta para a demanda institucional relacionada à sistematização de dados das atividades formativas realizadas nos *campi*. Destacou a dificuldade atual em consolidar informações como temáticas, número de participantes e abrangência das ações promovidas por diferentes setores. Nesse sentido, sugeriu a ampliação das funcionalidades do *Bookline* para contemplar o registro e a organização dessas atividades, de modo a possibilitar a geração de relatórios e a circulação de informações, contribuindo para a gestão e a disseminação do conhecimento produzido. Thirssa/PRPPGI reiterou a relevância do *Bookline* como ativo institucional e destacou o processo contínuo de desenvolvimento da plataforma, baseado na escuta das demandas da comunidade acadêmica. Ressaltou o esforço da equipe em ampliar a visibilidade da ferramenta e as iniciativas em andamento para estruturação de um modelo de negócio, visando sua futura transferência tecnológica e utilização por outras instituições. A Diretora-geral Silvia Montagner/JC parabenizou o trabalho desenvolvido, destacando o envolvimento dos estudantes no processo e relatando a experiência exitosa do *campus* Júlio de Castilhos, que passou a utilizar o *Bookline* de forma sistemática para o registro de atividades formativas, ampliando significativamente o número de eventos cadastrados e organizados por meio da plataforma. Fernando Luis/SB confirmou a expressiva participação do referido *campus*, mencionando a relevância do engajamento local para o fortalecimento da ferramenta. Nídia destacou que o *Bookline* já ultrapassa o âmbito institucional, sendo reconhecido em nível nacional e incorporado a iniciativas como as ações da Rede APE. Fernando Luis reforçou a importância do apoio institucional para o desenvolvimento da ferramenta, especialmente no que se refere à disponibilização de recursos humanos e infraestrutura, considerando as limitações atualmente enfrentadas pela equipe, como a necessidade de equipamentos adequados e ampliação do número de colaboradores. Nídia manifestou o compromisso da gestão em buscar alternativas para fortalecer o desenvolvimento da plataforma, reconhecendo seu potencial estratégico para o IFFar e para a Rede Federal. Ordem do dia (1h43min39). Nídia informou a ausência do Dr. Allan de Alcântara, que não pôde participar da reunião em virtude de deslocamento para uma reunião de procuradores previamente convocada. Comunicou que o referido procurador estará presente na reunião presencial do Conselho Superior (Consup), no dia 27 de março, oportunidade em que os membros poderão conhecê-lo pessoalmente. Destacou ainda que o Dr. Allan já vem realizando interlocuções desde o final de dezembro, atuando em substituição ao Dr. Milton Guilherme. Na oportunidade, avisou que na reunião presencial do Consup acontecerá o encerramento das atividades do atual mandato do conselho, bem como a posse dos novos conselheiros, além da apreciação dos pontos da pauta previstos. Período de Defeso Eleitoral 2026 (1h45min02). Nídia disse que iria compartilhar o material com os membros do colegiado e informou que, até o momento, não houve publicação atualizada da cartilha da Controladoria-Geral da União – CGU sobre o período de defeso eleitoral. Permanece vigente, portanto, a cartilha publicada

em 2024, especialmente no que se refere às orientações constantes na página 49 que tratam da possibilidade de nomeação a partir de bancos de concursos já existentes. Ressaltou que, caso haja atualização por parte da CGU, esta será prontamente compartilhada; caso contrário, considera-se válida a última versão publicada. Calendário de Atividades 2026 (1h45min57). A Reitora destacou que o calendário foi construído de forma sistematizada, a partir das contribuições das pró-reitorias e dos *campi*, contemplando as principais atividades já consolidadas na instituição. O objetivo é organizar e dar maior previsibilidade às ações institucionais, incluindo atividades formativas envolvendo servidores e estudantes, bem como subsidiar a prestação de contas e o planejamento institucional. Ressaltou que, embora o planejamento seja flexível e sujeito a ajustes, a sistematização permitirá melhor articulação entre as unidades e a gestão, especialmente no que se refere à participação em eventos institucionais. Como exemplo, foram mencionadas atividades previstas para a sexta-feira, incluindo comemoração de aniversário do *Campus* Alegrete, inauguração do laboratório de artes no *Campus* São Borja, duas solenidades de certificação de formatura dos estudantes, evidenciando a necessidade de organização prévia para viabilizar a participação da gestão. Na sequência, a palavra foi concedida à Chefe de Gabinete da Reitoria, Dalva Pillar, que iniciou a fala destacando a satisfação da equipe por conseguir, pela primeira vez, apresentar o calendário institucional da reitoria. Dalva/RT apresentou a proposta do calendário institucional para o ano de 2026, destacando que, para o presente ano, o documento contempla prioritariamente as atividades da Reitoria, com a perspectiva de, em 2027, avançar para um calendário mais abrangente, incluindo também as atividades de todos os *campi* da instituição. Ressaltou que se trata de uma proposta desafiadora, considerando a complexidade de consolidar as agendas institucionais de forma integrada. O trabalho foi realizado em parceria com a Secretaria de Comunicação - Secom, a partir de levantamento realizado junto às pró-reitorias, que encaminharam suas principais atividades institucionais. Destacou a dificuldade do processo, tendo em vista a necessidade de compatibilização com agendas externas, como as reuniões do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Conif, bem como os calendários internos, incluindo reuniões do Consup, do Codir, reuniões gerais da Reitoria e as reitorias itinerantes. Expôs que o calendário apresentado contempla, inclusive, propostas de datas para realização de reitorias itinerantes nos *campi*, passíveis de ajustes conforme demandas locais. Informou, ainda, que eventuais solicitações de alteração deverão ser apresentadas durante a reunião, para posterior consolidação do documento final. Ao apresentar as principais datas institucionais previstas, reforçou a intenção de, a partir do ano de 2027, apresentar o calendário contemplando, de forma integrada, as atividades de todos os *campi* do IFFar, reconhecendo, contudo, o caráter desafiador dessa proposta. Nídia destacou a necessidade de aprimorar a articulação entre as atividades da Reitoria e dos *campi*, incluindo processos seletivos e demais ações institucionais, de modo a garantir maior organização e eficiência na execução das agendas. Também ressaltou que demandas externas, como convites e convocações de órgãos governamentais frequentemente ocorrem com curto prazo de antecedência, o que exige flexibilidade na agenda institucional. Informou que será encaminhada proposta de reorganização da normativa referente às solenidades de colação de grau e certificações, com o objetivo de qualificar o processo e reduzir conflitos de agenda entre os *campi*. Maíra/SB relatou tratativas em andamento com a Universidade Tecnológica do Uruguai/UTEC para a oferta de uma pós-graduação binacional. Informou que há agenda previamente estabelecida com a universidade, a ser realizada concomitantemente ao seminário internacional e, diante disso, sugeriu a possibilidade de reorganização da Reitoria Itinerante, com início das atividades no *Campus* São Borja em data anterior ou posterior ao evento, de modo a viabilizar a participação nas duas agendas. Perguntou sobre a previsão da formação de dirigentes para o ano corrente. Nídia anunciou que haverá a formação. Maíra mencionou a ausência de definição quanto à realização dos jogos dos servidores, destacando a necessidade de planejamento futuro. Márcia Fink/SA perguntou se já foi pensado o formato da reitoria itinerante

para começarem a preparação. Em relação ao formato da Reitoria Itinerante, Nídia informou que ainda será objeto de discussão em reunião técnica específica, com o objetivo de definir a logística e priorizar pautas relevantes dos *campi*, bem como ampliar a escuta estudantil. Ressaltou a importância da participação direta dos estudantes nesses momentos, lembrando experiências exitosas anteriores de diálogo aberto, consideradas fundamentais para o fortalecimento da gestão democrática. Dalva/RT destacou o volume expressivo de atividades institucionais desenvolvidas no IFFar, muitas das quais não constam no calendário apresentado por demandarem apenas ações de comunicação institucional. Observou-se que a consolidação de um calendário completo evidenciaria a amplitude das ações realizadas pela instituição, reforçando seu dinamismo e compromisso com a formação e a gestão. A Reitora ressaltou que as atividades elencadas no planejamento vão além das ações cotidianas, considerando que o funcionamento regular da instituição já envolve uma intensa rotina de trabalho ao longo dos duzentos dias letivos. Intervalo das 11h21 às 11h31. Plano de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da discriminação no IFFar (2h28min09). Nídia iniciou a pauta referente ao Plano de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação do IFFar, destacando que se trata de uma demanda em caráter prioritário e alinhada a diretrizes nacionais, sendo obrigatória a formalização deste instrumento por todas as instituições federais. Ressaltou que, embora o IFFar já desenvolva diversas ações relacionadas à temática, ainda não possui o documento formal instituído. Nídia comentou que foi constituído um GT com a finalidade de estruturar e formalizar o plano no âmbito institucional. A Coordenadora de Ações Afirmativas da Proen, Katiele Hundertmarck, contextualizou a origem e a fundamentação do plano, destacando que o documento foi denominado Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, em conformidade com a Portaria Nº 6.719/2024, do Ministério da Gestão e Inovação, que estabelece a obrigatoriedade de criação de planos setoriais nas instituições federais. Explicou que a referida portaria institui o Plano Federal, o qual orienta e define as diretrizes para a elaboração dos planos setoriais. Esclareceu que o plano setorial do IFFar integra um programa mais amplo instituído pelo Decreto nº 12.122/2024 que cria o Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação. Esse programa é composto pelo plano federal e pelos planos setoriais das instituições, formando uma rede articulada em nível nacional. A apresentação também evidenciou que, embora o foco nominal esteja em assédio e discriminação, o plano abrange diferentes formas de violência no ambiente de trabalho, considerando o contexto nacional de recorrência dessas situações nas relações laborais. Destacou-se que o principal objetivo da iniciativa é promover ambientes institucionais saudáveis, seguros e livres de violências, fortalecendo a cultura de respeito e prevenção. Katiele salientou que, após a aprovação do plano, o IFFar passará a integrar a rede federal de prevenção e enfrentamento ao assédio e à discriminação, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias conjuntas e para o aprimoramento das políticas institucionais voltadas à promoção de um ambiente de trabalho digno e inclusivo. No que se refere ao público-alvo, esclareceu que o plano é direcionado às pessoas em relação de trabalho com a instituição, abrangendo servidores efetivos e temporários, ocupantes de cargos comissionados, empregados públicos, estagiários e trabalhadores terceirizados. Foi pontuado que, embora a temática também envolva estudantes, este plano específico se restringe às relações de trabalho, havendo recomendação do GT para a construção de instrumento próprio voltado ao público estudantil. Quanto aos eixos de atuação, destacou-se que, no âmbito da prevenção, serão desenvolvidas ações de formação e sensibilização da comunidade institucional, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre as formas de assédio e discriminação. No eixo do acolhimento, prevê-se a criação e divulgação de fluxos acessíveis para orientação e registro de denúncias, assegurando que as vítimas saibam como proceder e a quem recorrer. Apresentou-se, ainda, a estrutura de governança do plano, com a instituição de um Comitê Gestor responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação de sua implementação. Esse comitê será composto por representantes de diferentes áreas institucionais, incluindo as Pró-Reitorias, Ouvidoria, CPPD, CIS,

Comitê de Não Violência e Coordenação de Ações Afirmativas, entre outros setores estratégicos. Katiele enfatizou que a efetividade do plano depende do comprometimento coletivo de toda a comunidade institucional. Destacou que sua implementação não se limita à gestão, mas requer o engajamento de todos os servidores e colaboradores, configurando-se como um pacto institucional voltado à promoção de ambientes de trabalho seguros, respeitosos e livres de qualquer forma de violência. Explicou que os integrantes da rede de acolhimento terão prioridade em processos formativos específicos, conforme previsto na normativa federal, sendo a capacitação obrigatória. Essa formação deverá contemplar temas como escuta qualificada, riscos psicossociais no trabalho, mediação e resolução de conflitos, bem como aspectos relacionados à saúde no ambiente laboral, com o objetivo de preparar adequadamente os servidores para o exercício dessas funções. Na sequência, foram apresentadas ações previstas no eixo do acolhimento, com destaque para o mapeamento e a capacitação dos pontos focais da rede, tanto nos *campi* quanto na Reitoria, incluindo definição de prazos, áreas responsáveis, riscos e estratégias de monitoramento. Nídia parabenizou o GT pela elaboração do documento e destacou a necessidade de ajustes terminológicos, porque não há mais uma Comissão Permanente de Sindicância e Inquérito Administrativo (Copsia) e sim uma unidade correcional, conforme orientações da Controladoria-Geral da União (CGU). Também ressaltou a importância de, na etapa de implementação do plano, definir responsáveis diretos por cada ação prevista, evitando a pulverização de responsabilidades e assegurando o cumprimento dos prazos e metas estabelecidos. Katiele explicou que essa organização deverá ser formalizada por meio de ato específico, como portaria, detalhando a coordenação das ações e o acompanhamento do cronograma. Nídia informou que será necessário a inclusão da temática nas formações de gestores, considerando o papel estratégico das lideranças na prevenção e enfrentamento das situações de assédio e discriminação. Reforçou que tais situações podem ocorrer em diferentes níveis hierárquicos, exigindo preparo institucional adequado. Katiele destacou que, conforme previsto na Portaria do Ministério da Gestão e Inovação, o Plano de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação deverá ser apresentado aos servidores no momento de sua posse, garantindo sua ciência formal. Além disso, reforçou a obrigatoriedade da realização de capacitações continuadas para toda a comunidade institucional, como forma de assegurar a efetividade das ações previstas. Mariéli/SAN questionou se, com a implementação do plano e a constituição da rede de acolhimento nas unidades, haveria alteração no fluxo já existente para encaminhamento de situações de assédio e discriminação, anteriormente centralizado na direção-geral dos *campi* e na Reitoria. Nídia esclareceu que, embora sejam necessários ajustes pontuais, especialmente de nomenclatura e adequações às normativas vigentes, como a substituição de termos por “unidade correcional”, a lógica geral do fluxo de encaminhamento não sofrerá alterações significativas. Katiele/Proen destacou que o protocolo de acolhimento previsto no plano preserva as possibilidades já existentes, permitindo que a pessoa vítima possa ser orientada pela rede de acolhimento a comunicar a situação à chefia imediata, à direção-geral do *campus* ou realizar denúncia por meio da plataforma Fala.BR, conforme sua escolha. Salientou que deve ser respeitada a decisão da pessoa que, eventualmente, deseje apenas o acolhimento, sem formalizar denúncia, bem como a autonomia para registrar manifestação diretamente pelos canais institucionais, sem necessidade de mediação. Não havendo novas manifestações, a reitora encaminhou a pauta para apreciação, a qual foi aprovada por unanimidade.

Intervalo das 12h07 às 13h45. Apreciação do Parecer Ad Referendum Codir nº 1/2026 que aprovou a flexibilização para abertura de turmas nos cursos técnicos subsequentes e dos cursos do Proeja do IFFar (1min25).

No retorno da reunião, Nídia lembrou que a Resolução Consup Nº 55/2020 estabelece o quantitativo mínimo de vinte e cinco (25) estudantes para a abertura de turmas ingressantes, prevendo, contudo, a possibilidade de flexibilização, desde que devidamente justificada pelos *campi* e submetida à apreciação do Codir. Pontuou que tais solicitações devem ocorrer após a realização do edital de segunda chamada unificada do IFFar, sendo que, posteriormente, cada *campus*

realiza as suas chamadas. Evidenciou que as solicitações de flexibilização se referem aos cursos subsequentes e de graduação, enquanto os cursos integrados ao ensino médio o ingresso tem ocorrido dentro da normalidade, não demandando, em geral, solicitações de flexibilização. Carlos Lehn contextualizou que, conforme prática institucional, após o encerramento das etapas dos processos seletivos, as solicitações de flexibilização são encaminhadas ao Codir, com fundamento no artigo 31 da Resolução Consup nº 55/2020. Em razão dos prazos exíguos e da impossibilidade de realização de reunião extraordinária, foram emitidos três pareceres *ad referendum* do Codir, posteriormente submetidos à apreciação do colegiado. O Parecer nº 1 tratou da autorização para abertura de turmas dos cursos técnicos subsequentes com, no mínimo, 20 matrículas, além de flexibilizar a decisão de abertura no âmbito de cada unidade para os cursos Proeja. O Parecer nº 2 autorizou, também *ad referendum*, a abertura de turmas de cursos superiores de bacharelado a partir de 20 matrículas, bem como a flexibilização para cursos de tecnólogos e de licenciatura. Já o Parecer nº 3 autorizou a abertura de turmas de cursos técnicos subsequentes a critério de cada unidade. Na sequência, foi apresentada planilha consolidada com os dados atualizados de matrículas por curso e *campus*, organizada pela Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (DPDI), com apoio das unidades. Nídia destacou a necessidade de levantamento detalhado, por *campus*, das turmas abertas com quantitativo inferior ao previsto na resolução, a fim de subsidiar eventuais questionamentos do Consup. Solicitou a formalização dessas informações para consolidação institucional. Jhonathan/UG expôs que, durante o debate, foi manifestada preocupação quanto ao cronograma do processo seletivo, especialmente em relação à proximidade entre as chamadas finais e o início do calendário acadêmico, que tem impactado a organização das matrículas e das atividades letivas. Perguntou se poderiam adiar o calendário do processo seletivo em função da liberação das notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Carlos/PRDI esclareceu que o cronograma é feito pela Comissão Permanente de Processos Seletivos com representantes de todas as unidades que definem de forma conjunta o calendário, considerando o Enem. Nídia comentou a necessidade de revisão mais aprofundada do cronograma nas próximas discussões, com atenção especial ao alinhamento entre processo seletivo e calendário acadêmico, visando reduzir a recorrência de flexibilizações e mitigar impactos operacionais. Patrícia/Proen destacou que a não realização tempestiva dos ajustes poderia comprometer o cumprimento dos dias letivos obrigatórios, exigindo reorganizações posteriores, como a inclusão de sábados letivos. Informou que estão em andamento os procedimentos para aprovação *ad referendum* dos ajustes nos calendários acadêmicos das turmas ingressantes. Márcia/SA perguntou se teria uma forma de criação de metodologia mais rápida no período da inscrição. Nídia lembrou que, em reunião com a Comissão Permanente de Processos Seletivos, foi apresentado um conjunto amplo de proposições, incluindo limitações estruturais relacionadas ao número de servidores envolvidos nas etapas operacionais, especialmente nos setores de registros acadêmicos. Enfatizou, contudo, que a organização interna pode e deve ser revisada, especialmente à luz da recorrência de dificuldades ao longo dos últimos anos. Nesse sentido, destacou a necessidade de realização de um estudo mais aprofundado sobre os cursos que, historicamente, apresentam turmas iniciadas com quantitativos inferiores ao mínimo previsto na resolução, identificando os *campi* envolvidos e as causas dessa recorrência. Mariéli/SAN relatou que os atrasos no processo seletivo têm ocasionado perda de estudantes para outras instituições, que finalizam seus processos em períodos anteriores e reforçou a necessidade de revisão dos prazos e procedimentos. Carlos/PRDI também apontou a necessidade de reforço da equipe envolvida na condução do processo seletivo, especialmente na instância central, considerando o volume de atividades e a limitação atual de recursos humanos. Diante disso, Nídia propôs o encaminhamento para constituição de um GT com a finalidade de revisar o cronograma e os procedimentos do processo seletivo, realizando análise detalhada de riscos, impactos e viabilidade operacional de cada etapa. O grupo deverá considerar experiências anteriores, pareceres técnicos já elaborados e

especificidades de cada unidade. Manifestou interesse de que participassem do GT dois diretores-gerais, além de representantes da Proen, PRDI e PRPPGI, bem como profissionais vinculados às áreas técnicas envolvidas no processo seletivo. Márcia Fink/SA, Silvia Montagner/JC e Marcelo Bataglin/PB foram os diretores-gerais que se disponibilizaram em participar do GT, que será formalizado por meio de portaria com definição de prazo para apresentação de resultados, devendo também ser considerada a avaliação institucional do processo seletivo vigente como subsídio para as análises. Na sequência, foi encaminhada a votação dos pareceres *ad referendum* apresentados, os quais foram aprovados com unanimidade. Campi Santo Ângelo, Santa Rosa e São Luiz Gonzaga - Solicitação de inclusão de atividade alusiva aos 400 anos das Missões Jesuíticas Guaranis no Calendário Institucional do IFFar (29min53). Mariéli/SAN contextualizou que a iniciativa surgiu a partir da participação em evento local de pré-lançamento do programa Conecta Missões, que integra as comemorações alusivas ao marco histórico no estado do Rio Grande do Sul. Destacou o potencial institucional do IFFar para contribuir com a temática, considerando sua inserção territorial e compromisso com a valorização da memória, da cultura regional e das identidades originárias. A proposta apresentada consiste na construção de uma ação institucional integrada envolvendo ensino, pesquisa e extensão, que contemple atividades ao longo do ano, de forma articulada entre os *campi*. Sugeriu a mobilização de estruturas institucionais como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs) e as Coordenações de Ações Afirmativas (CAAs), com ênfase na valorização dos povos originários, temática considerada ainda pouco evidenciada nas programações externas existentes. Foi destacado que a iniciativa não se restringe à inclusão pontual no calendário, mas propõe um movimento institucional contínuo, com possibilidade de articulação com eventos já previstos em nível estadual e nacional, bem como com outras instituições parceiras. Nídia sugeriu como encaminhamento a elaboração, pelos proponentes, de um plano estruturado de atividades, contendo objetivos, cronograma e estratégias de execução, com apoio das pró-reitorias envolvidas. Indicou também a possibilidade de constituição de GT para organização e articulação das ações. Foi ressaltada a importância de qualificar o debate, ampliando a abordagem histórica para incluir de forma mais central a perspectiva dos povos originários, promovendo reflexão crítica sobre os processos históricos e culturais que constituem o território missioneiro. Como encaminhamento, deliberou-se pela elaboração de proposta consolidada pelas entidades proponentes, com posterior articulação com as pró-reitorias e demais setores institucionais, visando à implementação de ações institucionais relacionadas à temática ao longo do ano. Retomando a pauta da PRDI, Nídia pediu a inclusão da questão do RSC para os TAEs. Anunciou que houve a criação dos *campi* São Luiz Gonzaga e Caçapava do Sul, com liberação de cargos de direção (CDs) para início das atividades administrativas, que o PAC de Santa Maria já teve resolução aprovada no mês de janeiro, e que há previsão de portaria para o *Campus* Santiago, com expectativa de publicação no mês de março. Informou que foi constituído um GT, sob coordenação do Pró-reitor Carlos Lehn, com o objetivo de realizar uma análise detalhada e apresentar uma proposta de reestruturação administrativa, que será inicialmente apreciada pelo Codir e, posteriormente, encaminhada ao Consup para deliberação. Proposta Organograma Novas Unidades e Ajuste Organograma Campus Uruguaiana (56min41). Carlos/PRDI informou que, a partir de demanda encaminhada pelo Gabinete, foi constituído um GT, por meio da Portaria nº 216/2026 - GRE, composto por ele, pelos diretores-gerais dos *campi* novos Jhonathan Silveira/UG, Alberto Galli/Caçapava do Sul e Marcelo Lamb/São Luiz Gonzaga, e pelo Diretor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, Gabriel Garcia. O objetivo do trabalho foi propor o organograma das novas unidades, considerando as tipologias 40/26 e 70/45, equalizadas pela Portaria MEC nº 548/2025. Esclareceu que ambas as tipologias possuem estrutura organizacional composta por uma CD-2, duas CD-4, quatro FG-1 e oito FG-2 e, a partir deste cenário, o GT elaborou uma proposta de organograma para apreciação, contemplando, além da Direção-Geral, a criação de duas diretorias: uma Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão, e uma Diretoria de Administração,

Planejamento e Desenvolvimento Institucional. Salientou a necessidade futura de atualização da Portaria nº 839/2024 - GRE que trata da estrutura administrativa do IFFar em decorrência das alterações propostas. O GT buscou assegurar tratamento isonômico na distribuição das Funções Gratificadas, considerando a equivalência das atividades desempenhadas nas diferentes unidades. Nesse sentido, indicou-se, por exemplo, a atribuição de FG-1 para áreas como Assistência Estudantil e Coordenação Geral de Ensino, bem como para coordenações vinculadas à Diretoria de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Institucional em nível equivalente no organograma. Foi destacado também que a proposta contempla as tipologias 40/26 e 70/45, além de atualização da estrutura do *Campus* Uruguaiana. Nídia ressaltou que no decorrer das discussões do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) poderão surgir novas propostas e considerações acerca da reorganização, com previsão de aprofundamento no segundo semestre. Na sequência, foi abordada a situação do *Campus* Uruguaiana, mencionando-se a existência de Cargo de Direção (CD) já disponível. Jhonathan/UG levantou a possibilidade de encaminhamentos relacionados às Funções Gratificadas (FGs), considerando a existência de unidades já criadas no sistema Siorg. Nídia esclareceu que embora não tenha tempo hábil para a emissão das portarias antes da reunião do Codir, os encaminhamentos podem ser realizados, sendo as portarias organizadas em bloco pela equipe responsável. Nídia solicitou que os dirigentes se manifestassem em relação à votação da pauta do organograma, a qual foi aprovada com unanimidade. Jhonathan/UG comunicou que a Diretora-geral substituta do *Campus* Santa Rosa, Melissa Walter, havia se manifestado no *chat* acerca da padronização da nomenclatura nos novos organogramas institucionais, especialmente quanto ao uso das denominações “Diretoria” ou “Direção”, bem como “Setor de Apoio Pedagógico” ou “Setor de Assessoria Pedagógica”. Nídia sinalizou a necessidade de unificação das nomenclaturas com aquelas já adotadas institucionalmente, encaminhando à equipe responsável a verificação e adequação conforme os padrões vigentes. Na sequência, retomando a pauta, foi lembrado o processo de implantação do *Campus* Avançado Uruguaiana, quando foi realizado estudo e encaminhamento à Setec, contemplando um processo estruturado de transição entre os *campi* São Borja e Uruguaiana. Nesse contexto, Nídia ressaltou que a experiência anterior servirá de referência para o processo de transição envolvendo a separação de Santiago e Jaguari, considerando aspectos como vinculação de cursos, questões orçamentárias e, sobretudo, procedimentos administrativos. Informou que foi solicitado à Proen e à PRDI a realização de estudo preliminar com foco na análise dos ciclos acadêmicos e das atividades institucionais, visando subsidiar a organização da transição. Mencionado que havia expectativa de publicação de portarias de autorização de funcionamento e de criação do *Campus* Santiago até o início de abril, conforme compromisso assumido pelo representante do MEC. Após a publicação das referidas portarias, será realizada reunião com os servidores do *Campus* Jaguari, com o objetivo de tratar dos procedimentos administrativos e específicos necessários à reorganização. Também sinalizou a necessidade de planejamento para futuros editais de remoção, considerando a disponibilidade de códigos de vagas. Informou que a matriz orçamentária já contempla valores destinados aos novos *campi*, incluindo previsão de custeio no valor de R\$ 700.000,00 para funcionamento, além de ajustes relacionados aos cursos MOOC (Massive Open Online Courses) e à definição de piso orçamentário para os primeiros anos de operação. Jhonathan/UG questionou, acerca da tipologia do *Campus* Uruguaiana e dos ajustes anteriormente realizados por meio de portaria interna, se irão esperar as novas unidades para fazerem o ajuste de uma vez só. Nídia esclareceu que a atualização da normativa institucional será realizada somente após a definição oficial das tipologias das novas unidades, a fim de evitar retrabalho. Por fim, informou que havia expectativa de publicação, ainda naquela semana, da distribuição dos códigos de vagas para TAEs e docentes, abrangendo tanto os *campi* já existentes quanto os novos. Com isso, projeta-se que a portaria com a definição das tipologias institucionais seja publicada na semana subsequente, possibilitando a equalização das estruturas organizacionais.

Prestação de Contas PS Integrados - Ingresso 2026 (1h16min22). Gabriel Garcia/DPDI informou que a

apresentação seria breve, destacando que, embora não seja habitual esse tipo de encaminhamento no âmbito da reunião, a exposição foi realizada por solicitação da PRDI e do Gabinete. Informou que foi encaminhado previamente à Secretaria um ofício contendo os dados da prestação de contas, incluindo tabela detalhada com os valores investidos na realização do processo seletivo dos cursos integrados. Ressaltou que a apresentação decorre de demanda relacionada à verificação dos custos institucionais com o pagamento de Gratificação por Encargos de Cursos e Concursos (GEC), especialmente no que se refere à atuação de servidores efetivos como fiscais durante a aplicação das provas. Na sequência, apresentou de forma sintética os dados consolidados, evidenciando como cada *campus* realizou os pagamentos aos servidores envolvidos na fiscalização do processo seletivo. Esclareceu que o procedimento para pagamento da GEC inicia-se na unidade de lotação do servidor, sendo o processo instruído e lançado pela gestão de pessoas local. Contudo, destacou que, para a efetivação do pagamento, é necessária a emissão e envio de nota de crédito, considerando que, embora o pagamento seja realizado via folha de pagamento, os recursos são oriundos do orçamento de custeio institucional. Informou que os dados apresentados foram compilados por *campus*, destacando que, no caso do *Campus Alegrete*, foi realizada a inclusão das informações no sistema de folha de pagamento, sendo necessária, posteriormente, a emissão de nota de crédito à Reitoria com o valor correspondente. Entretanto, ao realizar consulta no sistema, foram identificadas inconsistências quanto ao envio dessas notas de crédito em algumas unidades, especificamente nos *campi* Alegrete, Santo Augusto e Uruguaiana. Diante dessa situação, a equipe da DPDI realizou contato com as referidas unidades, que procederam à regularização dos valores no exercício de 2026. Gabriel destacou que o *Campus Jaguari* não realizou pagamento via GEC, tendo adotado, conforme atualização posterior, o sistema de compensação de horas para os servidores envolvidos, motivo pelo qual não houve desembolso financeiro nessa modalidade. No consolidado geral, informou que o total de pagamentos realizados a servidores efetivos, a título de GEC para atuação como fiscais, foi de R\$162.000,00. Na sequência, foram apresentados os dados relativos aos servidores terceirizados, substitutos e estagiários, cujo pagamento é realizado diretamente pelas unidades, por meio de recibo de pagamento de autônomo, sem intermediação da Reitoria. Nessa categoria, o montante total foi de R\$87.191,00, destacando-se que o *Campus Santa Rosa* não registrou pagamentos dessa natureza, por não possuir servidores nessas condições atuando no processo. Gabriel informou que nos dois últimos anos o serviço foi prestado pela empresa Fundatec. Para o processo seletivo de 2025, com ingresso em 2026, havia previsão orçamentária de R\$6.000,00 por unidade, incluindo a Reitoria, totalizando aproximadamente R\$60.000,00. Foi detalhado que a primeira parcela contratual, correspondente a 50% do valor estimado, foi de R\$24.096,00. A segunda parcela, no valor de aproximadamente R\$ 35.000,00, apresentou acréscimo em relação ao previsto inicialmente, em razão da ampliação do número de provas, decorrente da decisão institucional de reabertura de inscrições para candidatos na condição de “treineiros”, bem como do aumento no volume de recursos administrativos interpostos. Relembrou que os valores previstos nos planos de ação das unidades para custeio da contratação da empresa passaram por análise junto à Pró-Reitoria de Administração - Proad, especialmente no que se refere às retenções realizadas para viabilizar o pagamento do serviço. Na sequência, foi abordada a questão dos custos relacionados ao processo de heteroidentificação, destacando que se trata de despesa de menor impacto financeiro. Informou que apenas dois *campi* registraram pagamento por meio de GEC nessa etapa, sendo que, na maioria das unidades, os servidores atuam durante o horário de expediente, sem geração de pagamento adicional ou compensação de carga horária. Por fim, informou que será realizada, no dia seguinte, reunião do Comitê Assessor do Processo Seletivo, na qual será pautada a possibilidade de alteração em procedimentos operacionais. Entre as propostas em análise, destaca-se a eventual designação de um coordenador da empresa contratada em cada *campus*, responsável pelo transporte das provas e posterior devolução dos materiais, com o objetivo de reduzir a necessidade de deslocamento de servidores das unidades até a Reitoria. Nídia esclareceu

que a solicitação da apresentação realizada pela DPDI decorreu das discussões previamente realizadas acerca dos pareceres *ad referendum* das matrículas, do encerramento dos períodos de matrícula e da necessidade de transparência institucional. Destacou que os dados apresentados referem-se exclusivamente ao processo seletivo dos cursos integrados, que envolve aplicação de prova, não contemplando, portanto, os processos seletivos dos cursos subsequentes e de graduação, os quais não estão incluídos no custo aproximado de R\$300.000,00 apresentado. Como encaminhamento, Nídia solicitou à PRDI e à Proad a verificação da portaria institucional vigente que regulamenta os valores pagos a título de GEC, considerando que anualmente há atualização desses valores e que a normativa atual pode encontrar-se desatualizada. Solicitou, portanto, a devida revisão e atualização do instrumento normativo. Melissa/SR disse, considerando o início de um novo ciclo de planejamento, que seria oportuno avaliar a integração de procedimentos relacionados ao programa Partiu IF, ofertado na instituição desde o ano anterior. Explicou que, atualmente, candidatos que se autodeclararam pretos ou pardos precisam passar por banca de heteroidentificação para ingresso no referido programa e, posteriormente, submeter-se novamente ao mesmo procedimento no processo seletivo dos cursos integrados. Relatou que essa duplicidade tem gerado dificuldades para alguns candidatos, incluindo casos em que não comparecem à segunda banca por entenderem que a validação anterior já seria suficiente. Nesse sentido, sugeriu que a instituição avalie a possibilidade de aproveitamento do resultado da banca de heteroidentificação realizada no âmbito do Partiu IF para o processo seletivo dos cursos integrados, considerando que, em muitos casos, trata-se do mesmo público, com avaliação realizada por bancas semelhantes e em condições equivalentes. Márcia/SA reconheceu o equívoco administrativo ocorrido no final do exercício anterior, relacionado ao não encaminhamento de nota de crédito dentro do prazo estabelecido. Esclareceu que a situação decorreu de dificuldades operacionais no período de encerramento do ano, ressaltando que não houve intenção de descumprimento das obrigações institucionais. Solicitou, ainda, a confirmação quanto à regularização da pendência, a fim de resguardar a transparência e a correta compreensão dos fatos. Em resposta, Gabriel/DPDI confirmou que a situação já havia sido devidamente regularizada, não havendo pendências em aberto. Relatório de Gestão (1h33min46). Carlos/PRDI destacou que o referido documento tem como principal objetivo aproximar a instituição da sociedade, assegurando transparência e evidenciando a responsabilidade institucional quanto à aplicação dos recursos públicos. Ressaltou que o relatório constitui instrumento fundamental para demonstrar as ações desenvolvidas, os resultados alcançados, a execução orçamentária e os desafios enfrentados ao longo do período analisado. Foi enfatizado, ainda, que o Relatório de Gestão representa um dos principais mecanismos utilizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para avaliação do desempenho institucional e da conformidade com as normas legais, contribuindo para o aprimoramento da gestão pública e o fortalecimento da governança nas instituições federais de ensino. Na sequência, informou que o documento previamente encaminhado aos dirigentes contempla o detalhamento das ações institucionais e está estruturado em três dimensões principais: a) pessoas e infraestrutura; b) aluno e sociedade; e c) sustentabilidade financeira e ambiental. Inicialmente, explicitou que algumas informações ainda dependem da publicação oficial de dados pela PNP, sendo que eventuais ajustes serão incorporados na versão final do relatório, a ser publicada posteriormente. Na dimensão Pessoas e Infraestrutura, registrou-se o total de 1.461 servidores na instituição, sendo 787 docentes e 674 TAEs. Observou redução no número de docentes, mesmo após recentes nomeações decorrentes de concurso público, bem como diminuição no quadro de TAEs, em razão de cargos extintos e outros com provimento vedado. Ainda nessa dimensão, destacou que 110 servidores foram contemplados com auxílios de qualificação, totalizando investimento superior a R\$360.000,00, no âmbito do Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional (PIIQP). Foram concedidas 107 vagas de afastamento integral, sendo 37 para docentes e 70 para TAEs. Atualmente, a instituição conta com 35 servidores em programas de doutorado, vinculados a

iniciativas em parceria com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), por meio do Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional Especial (PIIQPE), além de 10 servidores em mestrado, todos em áreas de interesse institucional. Carlos destacou a participação de 96 servidores técnicos em projetos de pesquisa, bem como de 180 técnicos em ações de extensão, distribuídos em 61 projetos, evidenciando o crescimento da atuação desses profissionais nessas áreas. Na dimensão Aluno e Sociedade, foram ofertadas 4.701 vagas em diferentes níveis e modalidades de ensino, incluindo cursos na modalidade a distância. Foram concedidos mais de 1.808 benefícios estudantis, entre bolsas e auxílios, totalizando investimento superior a R\$2.400.000,00. Registrou o atendimento de 748 estudantes em moradia estudantil e a participação de mais de mil estudantes no programa Pé-de-Meia. Quanto à pós-graduação, destacou crescimento expressivo, passando de aproximadamente 250 estudantes em 2024 para mais de 1.100 estudantes em 2025, com ampliação de 7 para 14 cursos ofertados. Por fim, enfatizou que o Relatório de Gestão reflete o esforço coletivo da instituição no cumprimento de sua missão, no fortalecimento da governança e na qualificação contínua dos processos de planejamento, gestão e avaliação, reafirmando seu papel estratégico no desenvolvimento educacional, científico e social. Registrou ainda o reconhecimento ao trabalho conjunto das equipes envolvidas na elaboração do documento, com destaque para a atuação da Diretoria de Governança, Riscos e Controles (DGRC), DPDI, PRDI e Gabinete. Nídia solicitou à PRDI e à Proad a verificação do detalhamento das fontes de financiamento apresentadas no relatório, especialmente no que se refere à inclusão de emendas parlamentares nos valores consolidados. Questionou se tais recursos estão contemplados no montante indicado como custeio via TEDs, estimado em aproximadamente R\$6 milhões, ou se demandam identificação específica no documento. Nídia colocou a pauta em votação, a qual foi aprovada com unanimidade. Informes sobre reunião da CIS (1h55min08). Carlos/PRDI relatou que, no dia 9 de março, realizou-se reunião com os integrantes da CIS Central e entre as pautas estava o RSC TAE. Diante desse cenário, foi acordada, em conjunto com a CIS, a criação de um GT com a finalidade de elaborar uma minuta de instrução normativa que estabelecerá os fluxos e procedimentos para submissão de processos de concessão de RSC aos servidores TAEs. O GT será constituído com representação da CIS, participação paritária das entidades sindicais, além de membros das áreas de gestão de pessoas, gestão documental, Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) e DPDI. Comunicou que a portaria de constituição do GT seria emitida até o final do dia, e que a primeira reunião está pré-agendada para o dia 24 de março. Instrução Normativa sobre Aceleração de Progressão por Capacitação de Servidores TAEs (1h58min56). A Diretora de Gestão de Pessoas, Daiana Carpenedo, informou o caráter objetivo da pauta, uma vez que a legislação estabelece as diretrizes principais, restando à instituição a organização de fluxos e procedimentos internos por meio de instruções normativas. Na apresentação, foram expostos os conceitos fundamentais constantes na minuta da instrução normativa, incluindo a definição da Aceleração da Progressão por Capacitação, caracterizada pela mudança de padrão de vencimento decorrente da obtenção de certificação compatível com o cargo ocupado, observando o interstício de cinco anos de efetivo exercício. Foi esclarecido que os critérios e cargas horárias exigidas seguem integralmente o disposto na legislação vigente, não havendo discricionariedade institucional para alterações. Nesse sentido, foram apresentados os quantitativos mínimos de carga horária para progressão, conforme o nível do cargo (A, B, C, D e E), destacando-se que, diferentemente do modelo anterior, as progressões atuais exigem o mesmo quantitativo de horas em cada etapa, não sendo mais escalonadas. Foram também detalhados os documentos comprobatórios exigidos, como certificados que contenham informações completas e verificáveis, incluindo dados da instituição emissora e mecanismos de validação. Daiana/DGP ressaltou a possibilidade de aproveitamento de participação em eventos acadêmicos, desde que devidamente comprovados. No que se refere aos limites legais, informou que a legislação prevê até três possibilidades de avanço, considerando-se, inclusive, as acelerações concedidas no processo de reestruturação da carreira ocorrido anteriormente, as quais

são contabilizadas para fins de limite. Quanto ao fluxo processual, esclareceu que o procedimento se inicia por requerimento do servidor, com abertura de processo junto à Coordenação de Gestão de Pessoas (CGP), que realiza análise e emissão de parecer, podendo encaminhar para deferimento, complementação ou indeferimento. Após deferimento, é emitida portaria e realizados os lançamentos no sistema competente, com os devidos efeitos financeiros. Por fim, destacou alguns pontos relevantes: o benefício não se aplica a servidores aposentados, por tratar-se de mecanismo de desenvolvimento na carreira; documentos em língua estrangeira devem ser acompanhados de tradução oficial; e o requerimento deve ser protocolado preferencialmente em até 30 dias após o cumprimento dos requisitos, sendo que os efeitos financeiros serão contados a partir da data do protocolo, desde que atendidos todos os critérios legais. Nídia solicitou que fosse gerada a enquete referente à pauta, a qual foi aprovada com unanimidade. Plano de Ação 2026 (2h08min36). Carlos/PRDI informou que há pendência de envio por parte do *Campus* Jaguari. Esclareceu que o *Campus* Jaguari apresentou justificativa formal em razão da suspensão das atividades por três dias na semana anterior, o que impossibilitou a realização de reunião interna necessária para apresentação do plano, com previsão para a entrega do documento até sexta-feira, dia 20 de março. Nídia lembrou que a matéria encontra-se prevista na pauta do Consup, ressaltando que, conforme os trâmites regimentais, os documentos devem ser previamente encaminhados aos conselheiros para análise, bem como às instâncias responsáveis pela emissão de parecer. Ponderou, ainda, que não haveria tempo hábil para apreciação adequada dos planos de ação no tempo restante da reunião, estimado em poucos minutos, o que comprometeria a qualidade da análise. Diante disso, sugeriu a continuidade da reunião em nova data, preferencialmente no dia seguinte, no turno da manhã. Contudo, caso não haja viabilidade, indicou a necessidade de interrupção da reunião e posterior definição de nova data, com apresentação de sugestões que não comprometam a organização dos participantes. Deu prosseguimento à pauta da Proen. Evento nacional do programa Rede APE (2h12min05). Patrícia/Proen informou que o IFFar recebeu o Ofício Circular nº 22 da Setec, acompanhado da Nota Técnica nº 46/2026, que dispõe sobre a realização de dois eventos no âmbito do referido programa: o Seminário Nacional de Acesso e Permanência dos Estudantes, previsto para o dia 14 de abril, e o Seminário Nacional da Rede APE, a ser realizado nos dias 15 e 16 de abril, em Brasília. Anunciou que a instituição poderá indicar até seis servidores para participação nos eventos, conforme orientações constantes na nota técnica. Para tanto, está previsto o repasse de recurso de custeio no valor de R\$2.000,00 por participante. Considerando que o valor estimado não cobre integralmente os custos de deslocamento, especialmente para Brasília, foi informado que a Reitoria realizará a complementação necessária. Segundo a Nota Técnica da Setec, os seis participantes devem contemplar um servidor da assistência estudantil, um da assessoria pedagógica, um da área de ações afirmativas e inclusão, um da área de desenvolvimento institucional, além de um gestor estratégico, a ser definido pela instituição. Por fim, informou que o prazo para envio das indicações encerra-se no dia 23 de março, sendo necessário que a instituição delibere e encaminhe, dentro do prazo estabelecido, os nomes dos servidores que participarão dos referidos eventos. Nídia reforçou que o custeio previsto pela Setec contempla até seis servidores, os quais receberão apoio financeiro parcial para participação. Ressaltou, entretanto, que não há impedimento para que os *campi* ampliem esse quantitativo de participantes. Informou que parte das atividades do evento será transmitida de forma remota, especialmente as palestras principais. Reiterou que a indicação dos seis participantes seguirá os critérios estabelecidos na nota técnica, cabendo à gestão central consolidar a lista final até o prazo estipulado. Quanto à continuidade da reunião, a presidência destacou a inviabilidade de prosseguimento ainda na mesma semana, em razão de compromissos institucionais previamente agendados nos *campi* e na Reitoria, incluindo eventos, reuniões externas e agendas com órgãos governamentais. Diante disso, foi deliberado o encerramento da reunião, com indicação de retomada em data a ser definida, preferencialmente na segunda-feira seguinte, a ser acordada no grupo do

Codir, considerando a necessidade de conclusão das pautas antes da reunião do Consup prevista para o dia 27 de março. Continuação da reunião no dia 23 de março. A Reitora saudou os dirigentes, a equipe da Secretaria Executiva, a WebTV e a comunidade acadêmica, estabelecendo previsão de duração de até 1h30 para conclusão das pautas remanescentes. Na abertura, foram registradas as substituições na reunião: Andriéli Hedlund representando a Proen, em razão do deslocamento da titular para Brasília, onde participa de agenda do Fórum de Ensino e de atividade junto ao Ministério da Educação e ao Ministério das Mulheres; Louise do Pinho representando o *Campus* Uruguaiana; Melissa Walter representando o *Campus* Santa Rosa; e Anderson Fetter representando o *Campus* Frederico Westphalen. Na sequência, foi retomada a pauta da PRDI referente ao Plano de Ação 2026, cuja apreciação não havia sido concluída na reunião anterior. Plano de Ação - Exercício 2026 (4min08). Carlos/PRDI esclareceu que o processo de construção do plano de ação tem início a partir dos valores definidos no Projeto de Lei Orçamentária, sendo estes informados pela Proad. A partir dessas informações, são encaminhadas orientações às unidades e às pró-reitorias para elaboração de seus respectivos documentos, podendo haver discussões prévias sobre o orçamento antes do início formal do processo. Foi destacado que, no exercício de 2026, houve inicialmente uma redução de aproximadamente 7% no orçamento de custeio, seguida de recomposição por parte do Ministério da Educação, o que resultou nos valores finais considerados no planejamento institucional. Na apresentação, foram evidenciados os valores de custeio por unidade, incluindo a identificação de complementações orçamentárias destinadas àquelas que apresentaram redução em relação ao exercício anterior, sendo contempladas a Reitoria e os *campi* Alegrete, Jaguari, São Borja e São Vicente do Sul. Na sequência, foram apresentados os recursos de assistência estudantil, distribuídos conforme critérios como número de estudantes, renda *per capita* e presença de regime de internato pleno, contemplando os *campi* Alegrete, Frederico Westphalen, Jaguari, São Borja e São Vicente do Sul. Também foi destacado o recurso destinado ao atendimento de estudantes com deficiência, com valor total de R\$1.200.000,00, distribuído igualmente entre as unidades. Informou que o montante de custeio e assistência estudantil da instituição alcança aproximadamente R\$52 milhões. Prosseguindo, foram detalhadas as reservas obrigatórias consideradas na elaboração dos planos de ação, incluindo: destinação de R\$ 50.000,00 por unidade para realização de concursos públicos; recursos para pagamento de fiscais do processo seletivo dos cursos integrados; valores para bancas de heteroidentificação; custos com elaboração de provas; participação em jogos estudantis; participação de dirigentes em eventos da Rede Federal; e recursos destinados ao sistema “Minha Biblioteca”. Destacou ainda ajuste aprovado anteriormente pelo Codir referente à destinação de parte dos recursos do Programa Institucional de Desenvolvimento para ações de internacionalização, por meio da Assessoria de Relações Internacionais (Arinter). Na sequência, foi retomada a discussão referente ao fundo de TI, com destaque para a necessidade de modernização da infraestrutura de rede sem fio nas unidades. Informou que, embora tenha sido realizado processo licitatório anterior, os itens relacionados à solução de rede sem fio foram impugnados por questões de segurança. Diante disso, o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) deliberou, em reunião realizada em 9 de dezembro, pela retomada do processo licitatório no exercício de 2026. Informou que o processo encontra-se em fase de revisão e organização, com previsão de início em maio, conduzido pelo setor competente, havendo possibilidade de antecipação conforme andamento dos trabalhos. Nesse contexto, foi informado que, no ano de 2025, o fundo de TI totalizou o montante de R\$ 952.000,00, do qual foi executado o valor de R\$ 115.894,00 referente ao acordo de cooperação com a UFRN, restando um saldo aproximado de R\$ 836.000,00. Este recurso encontra-se reservado para viabilizar a aquisição de equipamentos de rede sem fio, cuja contratação não foi possível no exercício anterior em razão de impedimentos no processo licitatório. O compromisso institucional é de aplicação desse montante no exercício de 2026, após a conclusão do novo processo licitatório. Márcia/SA questionou acerca da possibilidade de implementação, no sistema institucional, de um módulo semelhante ao de

memorandos anteriormente existentes, com vistas à centralização e facilitação do acesso a Ofícios. Carlos/PRDI esclareceu que eventuais alterações que envolvam desenvolvimento de código-fonte podem apresentar limitações institucionais. Nídia solicitou que a demanda seja formalizada pelo *Campus Santo Augusto* para posterior encaminhamento e inclusão em pauta junto ao setor responsável. Não havendo outras manifestações, a presidência encaminhou o Plano de Ação 2026 para deliberação do colegiado, por meio de enquete, o qual foi aprovado por unanimidade e posteriormente será encaminhado ao Consup. Na sequência, Carlos/PRDI lembrou as unidades acerca do preenchimento das informações na PNP. Reforçou que o prazo institucional estabelecido para conclusão e atualização das informações é o dia 25 de março, conforme cronograma previamente pactuado. Informou que a temática já foi tratada pelo Comitê Assessor de Desenvolvimento Institucional e Planejamento (Cadip), sendo reiterada no Codir com o objetivo de fortalecer o cumprimento do prazo por todas as unidades. Regulamento das Bibliotecas (21min31). Andriéli/Proen lembrou que o documento atualmente vigente na instituição é a Resolução Consup nº 031/2014, sendo considerado desatualizado frente às demandas institucionais atuais, o que motivou a necessidade de sua revisão. Informou que o processo de atualização teve início no ano de 2023, porém sofreu interrupções em decorrência de fatores como situação de calamidade, paralisações e alterações no calendário acadêmico, o que inviabilizou o avanço dos trabalhos naquele período. Em função disso, foi necessária a prorrogação do prazo por meio de portaria específica. Destacou que, entre a segunda metade de 2024 e o início de 2025, o GT instituído pela Portaria nº 441/2024 - GRE retomou as atividades, elaborando a proposta de minuta do novo regulamento. Essa minuta foi apresentada na 6ª reunião ordinária do Comitê Assessor de Ensino (Caen), realizada em setembro de 2025, ocasião em que foram realizadas considerações e sugestões pelos representantes das áreas de ensino. Após os ajustes decorrentes das discussões no Caen, a proposta foi aprovada no referido comitê, com emissão de parecer favorável e posterior encaminhamento à Procuradoria Jurídica para análise. Informou que todas as adequações solicitadas pela Procuradoria foram realizadas, seguidas de revisão textual do documento. Após essa etapa, a versão atualizada da minuta foi compartilhada com os membros do Codir para apreciação na presente reunião. Após a apresentação da minuta do Regulamento das Bibliotecas, a Reitora abriu espaço para manifestações dos gestores quanto a observações ou contribuições ao documento. Não havendo questionamentos ou manifestações por parte dos presentes, a matéria foi encaminhada para deliberação. A votação foi realizada por meio de enquete, sendo registrada a aprovação por unanimidade da minuta do Regulamento das Bibliotecas pelo colegiado. Passe Fácil Estudantil (26min12). A Diretora de Assistência Estudantil da Proen, Priscila Porta Nova, informou que o programa, anteriormente denominado Passe Livre Estudantil, passou por reformulação recente, ampliando sua abrangência para além da região metropolitana, passando a contemplar também estudantes do interior, incluindo os *campi* do IFFar. Disse que o programa é coordenado pela Metroplan e possui base legal na Lei nº 16.363/2025 do Estado do Rio Grande do Sul, regulamentada pelo Decreto nº 58.580/2025, tendo como objetivo facilitar o acesso de estudantes em situação de vulnerabilidade ao ensino, especialmente em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado. Em relação à abrangência, foi esclarecido que o benefício consiste em auxílio financeiro para transporte entre o município de residência e o local de estudo, inclusive em deslocamentos intermunicipais e interestaduais. Quanto aos critérios de elegibilidade, foi informado que o estudante deve residir em município diferente daquele onde estuda, possuir renda familiar *per capita* de até 1,5 salário mínimo (ou outro critério mais benéfico) e estar regularmente matriculado em instituição de ensino, abrangendo educação básica, graduação e pós-graduação. Ressaltou a exigência de frequência mínima de 75% para manutenção do benefício, com revalidação semestral. Como diferencial da nova edição do programa, foi informado que estudantes beneficiários da assistência estudantil estão dispensados da comprovação de renda, mediante apresentação de declaração emitida pela instituição. Situação semelhante aplica-se a estudantes vinculados ao

Programa Nacional de Alimentação Escolar. No que se refere às responsabilidades institucionais, foi informado que cabe à instituição fornecer documentos como atestado de matrícula, contendo informações detalhadas exigidas pelo sistema, bem como apoiar os estudantes no processo de inscrição e validação. Em relação às modalidades do benefício, destacou-se que, para estudantes do interior, o auxílio é concedido em forma de valor financeiro, calculado conforme critérios do programa, podendo alcançar até R\$1.789,04 por semestre, sem vinculação obrigatória a uso exclusivo em transporte coletivo. Foram apresentados também aspectos operacionais do sistema de inscrição, incluindo etapas de cadastro via plataforma gov.br, inserção de dados pessoais, acadêmicos e familiares, além do envio de documentação comprobatória. Alertou para limitações técnicas do sistema, como restrição no número de arquivos anexados, orientando a organização dos documentos em arquivos únicos sempre que possível. Andriéli/Proen informou que o IFFar recebeu convite para reunião realizada em 22 de janeiro, porém com curto prazo de antecedência. Após o recebimento das informações iniciais, a Proen realizou análise da legislação e dos documentos normativos do programa, identificando que, naquele momento, os *campi* do IFFar não estavam contemplados nas áreas de abrangência previstas. Diante dessa constatação, a instituição encaminhou questionamentos formais aos organizadores do programa, buscando esclarecimentos sobre a ausência do IFFar. Conforme relatado, as respostas iniciais não foram conclusivas, sendo que apenas em 23 de fevereiro foi publicado edital que passou a contemplar o IFFar, possivelmente em decorrência das manifestações institucionais realizadas. Andriéli destacou que a Proen elaborou modelos institucionais de documentos para apoiar os estudantes no processo de inscrição, bem como orientações às unidades para atendimento das demandas. Enfatizou a necessidade de que os documentos emitidos pela instituição contenham assinatura eletrônica com autenticação via gov.br, uma vez que o sistema do programa exige validação digital, sendo rejeitados documentos que não atendam a esse requisito. Silvia/JC perguntou se o ensino fundamental pode fazer parte do benefício do Passe Fácil, para poderem orientar os alunos. Priscila/Proen acredita que sim, pois os estudantes estão inseridos na educação básica e, conforme o edital do programa, o benefício contempla alunos matriculados em diferentes modalidades de ensino, incluindo o Ensino Fundamental. II Encontro de Nutricionistas (48min42). Priscila informou a realização do II Encontro de Nutricionistas, que será sediado pelo IFFar. Disse que é um movimento que vem se fortalecendo ao longo dos anos, em parceria com o Cecane (Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar), do IFMG, que atua como centro colaborador de apoio à alimentação escolar. Trata-se de um trabalho que vem ampliando o diálogo na Rede Federal, especialmente no que diz respeito à qualificação das ações de alimentação escolar e à valorização das práticas desenvolvidas nas instituições. O evento contará com três dias de programação: no primeiro dia, as atividades ocorrerão no Recanto Maestro; no segundo dia, terá atividades no *Campus* Júlio de Castilhos; e, no terceiro dia, será feito o encerramento da programação. A proposta desta edição é fortalecer ainda mais a política de alimentação escolar no âmbito da Rede Federal, pauta que, inclusive, tem sido defendida pelo Conif como estratégica para a consolidação da assistência estudantil nas instituições. Nídia disse que a ação é resultado de uma primeira articulação do Fórum de Assuntos Estudantis, criado no último ano pelo Conif. Durante uma reunião realizada na Rede, foi proposta a realização deste encontro em 2026, com a sugestão de que o IFFar fosse a instituição anfitriã. A organização conta com o apoio do Setec e do próprio Conif. Com o início das atividades na quarta-feira, foi reforçado o convite para que todos que tiverem disponibilidade possam participar, considerando a relevância do tema para o fortalecimento das políticas de assistência estudantil na Rede Federal. Em relação à transmissão, conforme alinhamento com a organização do evento, Priscila/Proen explicou que a prática adotada nesses encontros é não realizar transmissão integral das atividades, pois há o entendimento de que isso pode impactar na participação presencial. No entanto, será realizada a transmissão da abertura do evento, como forma de marcar institucionalmente o momento e dar visibilidade à iniciativa. As demais atividades

ocorrerão exclusivamente de forma presencial. Certificação do Ensino Médio via Portaria nº 7/2026 - MEC/INEP (52min36). Andriéli/Proen explicou que no dia 13 de janeiro de 2026 foi publicada a portaria que trata da certificação de conclusão do Ensino Médio com base nas notas do Enem. A partir dessa publicação, os setores de Registros Acadêmicos (CRAs) dos *campi* passaram a ser demandados por estudantes que realizaram o exame e que atendiam aos critérios estabelecidos, como idade mínima de 18 anos, pontuação igual ou superior a 450 pontos e não conclusão prévia do Ensino Médio. Entretanto, identificou-se um descompasso entre a publicação da portaria e a formalização do processo de adesão pelas instituições da Rede Federal. Nesse contexto, foram realizadas duas reuniões conduzidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com o objetivo de esclarecer dúvidas sobre a operacionalização da certificação. Após análise da normativa, bem como considerando o posicionamento do Fórum de Dirigentes de Ensino e o ofício do Conif, o IFFar optou por não aderir, neste momento, ao processo de certificação do Ensino Médio via Enem. Essa decisão foi fundamentada em diversos aspectos, entre os quais destacam-se: Identidade institucional; Riscos às políticas afirmativas; Impactos nos dados institucionais; Dificuldades operacionais; Sobrecarga administrativa; e Incompatibilidade técnica. Além disso, destaca-se que o IFSP foi designado como instituição certificadora para atender à demanda nacional, conforme encaminhamentos mais recentes. Nídia expôs que a referida portaria estabelece que estudantes maiores de 18 anos, que atingirem a pontuação mínima, podem obter a certificação de conclusão do Ensino Médio, mesmo sem terem concluído essa etapa em uma instituição de ensino. A partir disso, o INEP abriu a possibilidade de que instituições, incluindo os Institutos Federais, pudessem aderir ao processo para atuar como certificadoras. Diante disso, o Fórum de Dirigentes de Ensino encaminhou uma solicitação de posicionamento do Conif e buscou diálogo com o INEP para compreender melhor os impactos e a operacionalização dessa política. No caso do IFFar, avaliou-se a situação institucionalmente e a decisão, conforme ratificado por Nídia, foi pela não adesão, no momento. Andriéli explicou que quando a portaria foi publicada, realizou-se um estudo interno na Proen e foi encaminhado uma orientação às CRAs de todos os *campi*, justamente para que, ao receberem demandas de estudantes, já tivessem um posicionamento institucional claro sobre o tema. Nas reuniões realizadas posteriormente com o INEP, ficou evidente que ainda não há uma integração adequada entre os sistemas utilizados pelas instituições e a plataforma de certificação. O modelo apresentado foi estruturado considerando instituições que utilizam o SUAP (Sistema Unificado de Administração Pública), o que não é o caso do IFFar, que utiliza o SIG (Sistema Integrado de Gestão). Além disso, parte das informações exigidas para a certificação segue a lógica operacional do Encceja (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos), do qual o IFFar deixou de ser certificador desde 2021. Carlos/PRDI solicitou que os dirigentes acompanhem junto às CRAs possíveis dificuldades no preenchimento e atualização das informações, pois foram identificadas situações de inconsistências como exclusões equivocadas de estudantes e até de turmas, o que pode impactar diretamente nos indicadores institucionais e, conseqüentemente, no orçamento. Implementação de diplomas e certificados digitais da Pós-Graduação do IFFar (1h09min52). Thirssa/PRPPGI informou que o processo de implementação teve início a partir da expansão dos cursos na modalidade EaD, considerando a necessidade de emissão de certificação adequada ao perfil dos estudantes distribuídos em diferentes regiões do país. Nesse contexto, iniciou-se o estudo e a utilização do módulo de diplomas no SIG, observando-se as especificidades de funcionamento para os diferentes níveis de ensino, especialmente graduação, pós-graduação *lato e stricto sensu*. Destacou que todo o processo foi mapeado, com a elaboração de fluxogramas e redefinição dos fluxos de trabalho, resultando em significativa simplificação dos procedimentos. A otimização dos fluxos permitiu maior celeridade na emissão dos certificados e redução da carga operacional das equipes envolvidas. Entre as principais alterações, destaca-se a definição das assinaturas na página principal, passando a constar apenas a assinatura do(a) Reitor(a) e do(a)

Diretor(a)-Geral do *campus*, deixando de constar a assinatura da Pró-Reitoria responsável. Complementando a apresentação, foi esclarecido que no verso dos certificados de pós-graduação *lato sensu* consta obrigatoriamente a relação de todos os componentes curriculares cursados, conforme exigência normativa. O fluxo de emissão contempla etapas de conferência realizadas tanto pelas CRAs quanto pela Coordenação de Registros e Diplomas (CRD), localizada na Reitoria. Quanto à operacionalização, a Coordenação Geral de Pós-Graduação será responsável por orientar os coordenadores de cursos, especialmente no que se refere aos cursos *lato sensu* que possuem papel inicial no fluxo de certificação. Já a CRD atuará na orientação junto às CRAs dos *campi*. No que se refere aos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, destacou que, diferentemente dos certificados de *lato sensu*, há previsão legal para implementação do diploma digital, conforme normativas do Ministério da Educação. Entretanto, foi informado que o prazo inicialmente estabelecido foi prorrogado em 180 dias, em função da necessidade de adequação das plataformas nacionais. Por fim, foram apresentados os modelos visuais adotados, mantendo-se padrão semelhante ao já utilizado para diplomas de mestrado, incluindo assinatura digital no verso do documento. III Encontro de Gestores de Pesquisa e Pós-graduação do IFFar (1h22min26). Thirssa esclareceu que a pauta tinha caráter informativo, uma vez que, caso a reunião do Codir tivesse ocorrido na data inicialmente prevista (11 de março), o objetivo seria solicitar o apoio das gestões para viabilizar a participação dos servidores público-alvo do evento, quais sejam: Coordenadores de Pós-graduação, Coordenadores de pesquisa e Diretores de Pesquisa, Extensão e Produção. Entretanto, considerando o andamento do cronograma, informou que as inscrições já foram finalizadas, registrando-se expressiva adesão dos participantes. Nesse sentido, agradeceu aos diretores-gerais o apoio na organização das unidades e na liberação dos servidores para participação no evento. O encontro ocorrerá nos dias 31 de março e 1º de abril, constituindo a terceira edição da iniciativa. Ressaltou-se que, nas edições anteriores, os trabalhos estiveram mais voltados a aspectos operacionais, em razão do contexto de estruturação inicial e, posteriormente, da recomposição das equipes de gestão. Para a edição de 2026, informou-se que o foco será direcionado ao desenvolvimento de ações estratégicas, com ênfase no planejamento da pesquisa e da pós-graduação no âmbito institucional. Procedimentos e prazos para liberação de limites orçamentários 2026 (1h26min49). Deivid/Proad, no que se refere às emendas parlamentares, disse que foi realizada uma síntese do ciclo de execução, iniciado pela indicação dos recursos por parte dos parlamentares no sistema correspondente, seguida da análise técnica pelas unidades, verificação de eventuais impedimentos técnicos e, posteriormente, a execução orçamentária e financeira. Informou que a etapa de indicação das emendas ocorreu no período de 2 a 9 de fevereiro de 2026. Destacou, ainda, a possibilidade de ajustes por parte dos parlamentares, como a alteração de Grupo de Natureza de Despesa (GND), quando necessário, por meio do próprio sistema. Na sequência, disse que as emendas passam por análise dos órgãos setoriais, especialmente no âmbito dos ministérios, que avaliam a necessidade de adequações. Para a instituição, o ponto mais relevante refere-se à verificação de impedimentos técnicos à execução. Nesse sentido, informou que o prazo para registro de eventual impedimento técnico é até o dia 10 de abril de 2026. A análise institucional deverá considerar a viabilidade de execução dos recursos, incluindo a existência de condições técnicas e operacionais para sua aplicação. Foi destacado que, no caso específico da emenda de bancada do Estado do Rio Grande do Sul, já há articulação institucional em andamento e, preliminarmente, não se identificam impedimentos técnicos para sua execução. Assim, a instituição deverá registrar, dentro do prazo estabelecido, a inexistência de impedimentos. A partir dessa etapa, caberá ao IFFar definir a forma de execução dos recursos, a exemplo do que foi realizado no exercício anterior. Na sequência, foram apresentados os prazos para possíveis alterações orçamentárias, especialmente no que se refere à conversão de natureza de despesa (custeio para capital ou vice-versa). Foi recomendada cautela quanto à utilização das janelas mais tardias para ajustes, especialmente a prevista para o mês de outubro, tendo em vista o risco de inviabilização da execução devido ao curto prazo para análise e

liberação pelos órgãos competentes. Também foi destacado que, até o momento, não houve atualização quanto à liberação integral do orçamento, permanecendo a execução sob o regime de duodécimos (1/12 avos). Desligamento do SPIUNet e migração para o SPUNet, com orientações às unidades quanto aos impactos e ajustes necessários (1h31min08). Deivid/Proad informou que o sistema SPIUNET foi desativado em 9 de março, estando em curso o processo de migração de dados para o novo sistema SPUNET, no período de 10 de março até o final do mês. A partir de 2 de abril, o novo sistema entrará em operação. Na continuidade da pauta, foi apresentada atualização acerca da implantação do sistema SIADS no âmbito institucional. Deivid informou que durante o processo de migração de dados foram identificados problemas. Destacou que, à época do planejamento, havia a expectativa de que a migração ocorresse de forma majoritariamente automática, o que não se confirmou na prática. Diante disso, foi solicitada a presença de técnico especializado, com o objetivo de apoiar a equipe na realização dos ajustes necessários, especialmente no que se refere à correlação entre o código CATMAT e os códigos vinculados aos bens patrimoniais, etapa essencial para a consistência das informações no sistema. Mapeamento das despesas fixas das unidades (contratos e demais despesas continuadas), com vistas à consolidação institucional (1h34min06). Deivid apresentou análise do cenário orçamentário institucional, destacando que não houve alterações significativas em relação ao panorama discutido na última reunião. Relembrou a deliberação realizada ao final do exercício anterior, quando foi definido que seriam preservados os orçamentos das unidades que apresentaram incremento de recursos, ao mesmo tempo em que a instituição atuaria na recomposição orçamentária das unidades que sofreram redução em comparação ao exercício de 2025. Informou que está prevista a apresentação de um dossiê institucional na reunião do Forcampo, a ser realizada na segunda semana de abril, junto à Setec, com encaminhamento por parte da Reitoria, com o objetivo de expor a situação orçamentária do IFFar e buscar apoio para recomposição de recursos. Diante do cenário restritivo, destacou-se a necessidade de adoção de estratégias adicionais para gestão das demandas institucionais. Nesse sentido, foi lembrado que, no exercício anterior, a instituição buscou recursos extraorçamentários como forma de equalizar parcialmente as diferenças entre unidades. Para o exercício corrente, será implementada uma segunda etapa de análise, consistente no levantamento detalhado das despesas continuadas de cada unidade. Para tanto, foi elaborada uma planilha padrão, a ser compartilhada com os *campi*, com o objetivo de mapear os principais contratos e compromissos financeiros recorrentes. Orientou que as unidades deverão identificar e informar, na referida planilha, todas as despesas continuadas, incluindo contratos fixos e contratos sob demanda que possuam caráter contínuo, tais como vigilância, energia elétrica, abastecimento de água, serviços de portaria, entre outros. As informações mínimas a serem preenchidas deverão conter: número do contrato, data de início e término da vigência, bem como demais dados que subsidiem a análise institucional. Também orientou que, além do valor contratado, as unidades deverão informar o valor anual efetivamente previsto para execução, considerando que, em alguns casos, o valor contratado não corresponde integralmente à necessidade real de utilização. Destacou que esse levantamento permitirá demonstrar, de forma fundamentada, junto à Setec, a necessidade de recomposição orçamentária, evidenciando a diferença entre os valores previstos, executados e ainda necessários, evitando questionamentos quanto ao nível de execução orçamentária ao longo do exercício. A Reitora destacou que os valores recebidos não têm sido suficientes para cobrir integralmente as despesas das unidades, resultando em déficits variáveis entre os *campi*, os quais encaminham solicitações complementares à Proad. Nesse contexto, reforçou, como diretriz institucional, que a distribuição de recursos adicionais não será realizada de forma isolada, mas sim submetida à apreciação do Codir, garantindo transparência nos critérios e nas decisões relacionadas ao uso do orçamento. Enfatizou a necessidade de ampla transparência sobre os custos de funcionamento das unidades, especialmente no que se refere às despesas obrigatórias, como contratos de limpeza, vigilância e demais serviços essenciais, os quais possuem parâmetros

técnicos e normativos que orientam sua execução. Quanto à solicitação de recursos adicionais ao Ministério da Educação, foi reconhecida sua legitimidade, porém destacou-se a incerteza quanto à efetiva disponibilidade desses recursos. Informou que os valores extraordinários disponíveis na Setec têm sido priorizados para atendimento de situações emergenciais, especialmente decorrentes de eventos climáticos. Márcia/SA sugeriu o aprimoramento da planilha apresentada, com a inclusão de informações relativas à manutenção predial das unidades, tomando como referência parâmetros como o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI). A proposta visa possibilitar o acompanhamento histórico das intervenções realizadas em cada *campus*, evitando o sucateamento da infraestrutura e subsidiando o planejamento de futuras ações. Márcia comentou também sobre a falta de segurança no *Campus* Santo Augusto e pediu a inclusão do item na planilha. Lembrou que os *campi* Santo Augusto, Uruguaiana e Santo Ângelo adotaram um *modus operandi* de gestão própria, mas que para fazer essa gestão própria do sistema de monitoramento de alarme é necessário um investimento de obra que não estão conseguindo no momento. Nesse sentido, sugeriu a possibilidade de construção de estratégia conjunta entre unidades com demandas semelhantes, visando à captação de recursos, especialmente por meio de emendas parlamentares, com foco inicial na aquisição de equipamentos, seguida de planejamento para instalação. Adicionalmente, propôs a articulação institucional para discussão sobre força de trabalho, considerando a previsão de recebimento de novos códigos de vagas para servidores TAEs e docentes. Jhonathan/UG retomou a discussão acerca da execução orçamentária, especialmente no que se refere às despesas com diárias e deslocamentos para participação em eventos e atividades institucionais. Expressou preocupação com o cenário atual, considerando que o planejamento anual já indica déficit orçamentário significativo, mencionando o exemplo do *Campus* Uruguaiana que projeta insuficiência de aproximadamente R\$600 mil para o fechamento do exercício. Ressaltou que, conforme diálogo com a Reitora, essa realidade não é isolada, sendo comum também a outras unidades. Diante desse contexto, propôs reflexão coletiva acerca da manutenção de atividades presenciais, especialmente aquelas que demandam pagamento de diárias, como reuniões, eventos institucionais e deslocamentos de servidores. Sugeriu a reavaliação do formato de realização de determinados eventos, considerando a possibilidade de adoção de atividades remotas, como alternativa para redução de custos. Destacou que os valores inicialmente previstos para diárias já se mostram insuficientes antes mesmo da metade do exercício financeiro. Para concluir a pauta, Deivid/Proad retomou a manifestação de Márcia/SA destacando a relevância da preocupação apresentada, especialmente no que se refere ao mapeamento das necessidades estruturais e institucionais das unidades. Nesse sentido, sugeriu o resgate de um levantamento anteriormente realizado pela instituição contendo demandas e fragilidades apontadas pelos *campi*. Propôs a atualização desse material junto às unidades, a fim de verificar a permanência das demandas, a resolução de situações anteriormente identificadas ou o surgimento de novas necessidades. Contudo, ressaltou que essa iniciativa deve ocorrer em momento distinto da atual análise orçamentária, tendo em vista que a planilha em construção possui caráter emergencial e está voltada, prioritariamente, à manutenção das condições mínimas de funcionamento institucional. Destacou que o objetivo imediato é mapear, com transparência, quais atividades ou contratos poderão ser inviabilizados no exercício de 2026, permitindo uma compreensão coletiva das limitações orçamentárias e das decisões a serem adotadas. A Reitora sugeriu o aprimoramento da planilha proposta pela Proad, destacando a necessidade de inclusão de outras despesas não previstas originalmente, especialmente aquelas decorrentes de situações emergenciais ou decisões de gestão voltadas à manutenção das atividades essenciais. Exemplificou intervenções realizadas em unidades que demandaram redirecionamento de recursos de custeio, como reparos estruturais em telhados de refeitórios e moradias estudantis, decorrentes de danos causados por eventos climáticos. Ressaltou que, em casos dessa natureza, os *campi* precisaram utilizar contratos de manutenção para atender demandas urgentes, garantindo a

continuidade de serviços essenciais, como a alimentação estudantil. Mariéli/SAN destacou como exemplo de boa prática institucional a articulação entre unidades para viabilização de investimentos estruturais, mencionando a construção do refeitório do *Campus* Santo Ângelo, que somente foi possível por meio de esforço conjunto entre diferentes *campi*. Ressaltou que, sem essa cooperação, a unidade ainda não disporia dessa infraestrutura essencial. Registrou agradecimento institucional pela colaboração recebida e enfatizou que iniciativas dessa natureza contribuem significativamente para a superação de limitações orçamentárias, especialmente considerando que os recursos disponíveis, inclusive oriundos de emendas parlamentares, muitas vezes são insuficientes para atender demandas de maior porte. Nesse sentido, sugeriu a possibilidade de construção de instrumento complementar, como uma planilha específica para levantamento de demandas institucionais, permitindo maior visibilidade das necessidades reais dos *campi*. Recordou que, em momento anterior, a instituição adotou modelo semelhante, por meio de planilha de coleta, o que possibilitou a execução de ações conjuntas. Editais de Fomento à Extensão: aplicação de recursos orçamentários da Proex e dos *campi* (2h08min27). Getúlio/Proex informou que atualmente a instituição conta com dois principais editais, publicados no segundo semestre letivo, com o objetivo de possibilitar a organização e submissão das propostas pelos extensionistas, bem como a realização das etapas de homologação e avaliação. As ações aprovadas têm início previsto para 1º de abril de 2026. No que se refere aos valores institucionais destinados pela Proex, foram apresentados os seguintes montantes: Edital nº 404: R\$ 36.000,00; Edital nº 405: Eixo 1 (ações gerais de extensão): R\$ 81.000,00; Eixo 2 (arte e cultura): R\$ 42.000,00; Eixo 3 (protagonismo estudantil): valores incluídos no total geral. Os recursos totalizam R\$185.000,00, correspondentes exclusivamente ao orçamento da Proex. Foi apresentada, ainda, planilha consolidada com dados referentes às propostas submetidas, incluindo número de bolsas solicitadas e valores demandados para bolsas e auxílios. A partir desse levantamento preliminar, identificou-se que o valor total solicitado pelas unidades para ações de extensão aproxima-se de R\$2.000.000,00. Por outro lado, considerando os recursos institucionais da Pró-Reitoria somados aos aportes realizados pelos *campi*, o montante atualmente disponível alcança cerca de R\$636.000,00. Nídia solicitou que a planilha apresentada seja levada para discussão no Comitê Assessor de Pesquisa, Extensão e Produção (Capep), com o objetivo de subsidiar a construção de estratégias institucionais voltadas à ampliação dos recursos destinados às ações de extensão. Oferta de vagas para o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) 2027 (2h13min30). Getúlio informou que a adesão ao programa implica na oferta de vagas por parte da instituição, nos moldes do que já ocorreu no ano anterior, observando-se os limites estabelecidos para essa oferta. Para detalhamento das informações e orientações sobre o processo de adesão, a Assessora de Relações Internacionais, Janete Arnt, foi convidada para realizar a apresentação, compartilhando os aspectos operacionais e as condições para participação institucional no programa. Janete/Proex informou que o PEC-G é um programa do Governo Federal, com cerca de 60 anos de existência, por meio do qual instituições de ensino superior brasileiras ofertam vagas gratuitas a estudantes estrangeiros para realização integral de cursos de graduação. Destacou que o programa contribui para a internacionalização institucional, promovendo interculturalidade e ampliando as experiências formativas dos estudantes. Pontuou que, no ano anterior, a instituição ofertou 26 vagas, tendo recebido efetivamente oito estudantes, sendo sete oriundos da Guiné-Bissau e um de Angola, distribuídos entre os *campi* Frederico Westphalen, Santa Rosa, São Borja e São Vicente do Sul. Durante o processo de acolhimento, foram identificados desafios não previstos, especialmente relacionados à condição financeira dos estudantes no momento da chegada, situação que não havia sido claramente indicada pelos órgãos responsáveis, como o Ministério da Educação e o Ministério das Relações Exteriores. Diante disso, a instituição instituiu, de forma emergencial, um auxílio no valor de R\$500,00 mensais, pelo período de quatro meses, com o objetivo de viabilizar a instalação inicial dos estudantes. Informou, ainda, que está em construção um plano institucional de acolhimento de estudantes estrangeiros, inicialmente em

caráter emergencial, com perspectiva de consolidação ao longo do ano por meio de um GT, visando a elaboração de uma política institucional específica para essa temática. Na sequência, foi apresentado ofício recente do MEC solicitando nova manifestação institucional quanto à oferta de vagas no âmbito do programa. Diante disso, foi proposta a abertura de discussão no colegiado, considerando que a decisão sobre adesão não deve ser tomada isoladamente, mas de forma coletiva. Foi destacado que, caso haja nova adesão, recomenda-se a oferta de quantitativo reduzido de vagas, considerando a necessidade de melhor estruturação institucional para atendimento aos estudantes, bem como as incertezas quanto às condições de suporte financeiro. Nídia ratificou a informação de que foram ofertadas 26 vagas pelos *campi*, com previsão inicial de aproximadamente três vagas por unidade participante, tendo sido efetivamente preenchidas oito vagas. Após a publicação do edital e realização das inscrições, constatou-se, já na primeira semana de chegada dos estudantes, a necessidade de realização de reunião com a Procuradoria, em função da ausência de análise prévia de riscos. Ao chegarem no Brasil, verificou-se situação de vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes, o que demandou atuação institucional imediata. Nesse contexto, o IFFar vivenciou, simultaneamente, um momento de grande relevância institucional no âmbito da internacionalização e desafios significativos decorrentes de situações não previstas ou planejadas. Estágio Internacional (custeio de seguros internacionais) (2h32min06). Getúlio/Proex expôs que tem sido observado um crescimento gradual no número de estudantes realizando parte de sua formação acadêmica no exterior, com destaque para o *Campus* Frederico Westphalen, que, até o momento, apresenta o maior número de registros desta modalidade. Foram citados exemplos de mobilidade para países como Argentina e Estados Unidos, evidenciando o fortalecimento dessa prática institucional. No âmbito normativo, foi mencionado que a resolução institucional de estágios, atualizada em 2024, estabelece em seu artigo 28 que os custos relativos à contratação de apólice de seguro internacional, incluindo cobertura de vida, saúde e repatriação, válida durante o período de estágio, devem ser ressarcidos ao estudante pelo IFFar. Agenda 2030: Selo ODS Educação 2025 e 2026 (2h35). Getúlio/Proex informou que, no ano de 2025, o IFFar recebeu novamente reconhecimento pelo trabalho desenvolvido por seus servidores técnicos, docentes e estudantes, em ações alinhadas aos ODS. O evento ocorreu no dia 18 de março, em Recife, com representação institucional em nome da Reitora. Foram registradas 28 iniciativas institucionais ao longo dos ciclos anteriores; em 2025, foram submetidas 8 iniciativas, evidenciando a necessidade de ampliação da participação institucional. Destaca-se que o objetivo é transformar as dificuldades relacionadas ao processo de registro e comprovação em oportunidades de capacitação e qualificação institucional, promovendo o protagonismo dos *campi* e o reconhecimento das ações desenvolvidas. Informou que o IFFar está organizando edital interno para regulamentar o processo de participação institucional, o qual se encontra em análise jurídica. Ranking de IES Empreendedoras 2025 (2h38min45). Getúlio agradeceu o esforço institucional de todas as Pró-reitorias, de todos os *campi*, direções e coordenações de extensão, de pesquisa, de inovação que fazem o IFFar aparecer na classificação das Instituições de Educação Superior Empreendedoras 2025. Ele comentou que o último estudo havia sido realizado em 2023 e que, na edição de 2025, o IFFar voltou a figurar entre as instituições avaliadas, alcançando: 1º lugar entre os Institutos Federais do Rio Grande do Sul; 3ª posição na Região Sul; 9º lugar no *ranking* nacional entre os Institutos Federais. Esclareceu que a metodologia adotada para o *ranking* considera múltiplas dimensões, dentre as quais: cultura empreendedora, inovação, extensão, capital financeiro, internacionalização e infraestrutura. Thirssa/PRPPGI informou os membros do colegiado acerca da formalização do convênio com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), referente ao edital de manutenção de equipamentos de pesquisa, no qual o IFFar foi contemplado. Destacou que havia grande expectativa institucional em relação a este edital, especialmente por parte dos Diretores de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, considerando a necessidade de manutenção e recuperação de equipamentos essenciais ao desenvolvimento das atividades de pesquisa nos *campi*. Foi apresentada a distribuição aproximada

dos valores por *campus*: Alegrete: R\$ 170.000,00; Frederico Westphalen: R\$ 162.000,00; Jaguari: R\$ 116.000,00; Júlio de Castilhos: R\$ 36.000,00; Panambi: R\$ 56.000,00; Santa Rosa: R\$ 122.000,00; Santo Augusto: R\$ 120.000,00; Santo Ângelo: R\$ 110.000,00; São Borja: R\$ 57.000,00; e São Vicente do Sul: R\$ 227.000,00. A Reitora destacou que a instituição necessita retomar pautas pendentes do exercício anterior, especialmente relacionadas aos GTs constituídos com participação de membros do Codir. Enfatizou também a importância de que as decisões, especialmente no que se refere à distribuição de recursos, sejam construídas de forma colegiada, com base em critérios previamente discutidos e pactuados entre os dirigentes, garantindo transparência e equidade. A reunião foi encerrada às 16h43 e está disponível, na íntegra, no canal da WebTV do IFFar através dos [links: 1ª Reunião Ordinária do Codir](#), [1ª Reunião Ordinária do Codir - Tarde](#) e [1ª Reunião Ordinária do Codir - Continuação](#).

Síntese dos principais encaminhamentos:

18 de março

Gabinete

- Calendário de Eventos do IFFar: inclusão de atividade alusiva aos 400 anos das Missões Jesuíticas Guaranis;
- Atividade alusiva aos 400 anos das Missões Jesuíticas Guaranis no Calendário Institucional do IFFar: elaboração, pelos proponentes, de um plano estruturado de atividades, contendo objetivos, cronograma e estratégias de execução, com apoio das pró-reitorias envolvidas, e constituição de um GT responsável pela organização e articulação das ações.
- Plano de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação no IFFar (Processo Nº 23873.003771/2025-41): Parecer Codir Nº 04/2026;

PRDI

- 4.1 Flexibilização do número de matrículas para a abertura de novas turmas em 2026 - homologação dos Pareceres *Ad Referendum* Codir Nº 1, 2 e 3/2026: Parecer Codir Nº 303/2026 e constituição de GT para revisar o cronograma e os procedimentos do processo seletivo, realizando análise detalhada de riscos, impactos e viabilidade operacional de cada etapa (composição: diretores-gerais (Márcia/SA, Silvia/JC e Marcelo/PB), representantes Proen, PRDI e PRPPGI, e profissionais vinculados às áreas técnicas envolvidas no processo seletivo);
- 4.3 Proposta de Organograma das novas unidades e ajuste do Organograma do *Campus* Uruguiana (Processo Nº 23873.000543/2026-09): Parecer Codir Nº 01/2026;
- 4.5 Relatório de Gestão (Processo Nº 23873.000678/2026-66): Parecer Codir Nº 02/2026 (solicitação à PRDI e à Proad de verificação do detalhamento das fontes de financiamento apresentadas no relatório, especialmente no que se refere à inclusão de emendas parlamentares nos valores consolidados);
- 4.6 Apreciação minuta IN sobre Aceleração Progressão por Capacitação Servidores TAEs (Processo Nº 23873.007573/2025-57): Parecer Codir Nº 05/2026.

23 de março

PRDI

- Consulta sobre implementação de Módulo *Ofício* no Sipac: *Campus* SA formalizará pedido à PRDI;
- 4.4 Prestação de Contas PS Integrados - Ingresso 2026: solicitação à PRDI e à Proad de verificação da portaria institucional vigente que regulamenta os valores pagos a título de GEC (revisão e atualização do instrumento normativo);
- 4.7 Aprovação do Plano de Ação - Exercício 2026 (Processo Nº 23873.001148/2026-35): Parecer Codir Nº 07/2026;

Solicitação de acompanhamento do Codir no preenchimento de dados na Plataforma Nilo Peçanha: ação realizada pelas Coordenações de Registros Acadêmicos (CRAs) nos *campi*.

Proen

5.1 Aprovação da minuta de Regulamento das Bibliotecas (Processo Nº 23873.006926/2025-00): Parecer Codir Nº 08/2026;

5.3 Certificação do Ensino Médio via Portaria nº 7/2026: no momento, o IFFar não certificará.

Proad

7.5 Solicitação de acompanhamento do Codir no mapeamento das despesas fixas das unidades (contratos e demais despesas continuadas), com vistas à consolidação institucional: preenchimento de planilha pelo Comitê Assessor de Administração (Caad).

Proex

8.1 Editais de Fomento à Extensão: levar para discussão no Comitê Assessor de Pesquisa, Extensão e Produção (Capep);

8.2 Oferta de vagas para o PEC-G 2027: os *campi* deverão se manifestar individualmente em Ofício a ser enviado pela Proex;

8.3 Estágio Internacional: prever no plano de ação dos *campi* valores orçamentários para ressarcir os pagamentos referentes ao seguro internacional.

PRPPGI

6.1 Implementação de diplomas e certificados digitais da Pós-Graduação do IFFar - atualização de fluxos:

a) certificados dos cursos *lato sensu* - Diretores Gerais e Reitora estão listados como assinantes, porém não assinam (Coordenadores de Registros e Diplomas assinam); e

b) diplomas dos cursos *stricto sensu* - somente Reitora assina (o IFFar está aguardando orientações do MEC para implementação do Diploma Digital).

SECRETARIA EXECUTIVA	REITORA
VERONICA PEREIRA VASQUES	NÍDIA HERINGER



Emitido em 13/04/2026

ATA Nº 3/2026 - CODIR (11.01.01.44.16.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 13/04/2026 21:31)

NIDIA HERINGER
REITOR(A) - TITULAR

(Assinado digitalmente em 13/04/2026 09:16)

VERONICA PEREIRA VASQUES
AUXILIAR ADMINISTRATIVO
SEE (11.01.01.44.01.17)
Matrícula: 1004002

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.iffarroupilha.edu.br/documentos/> informando seu número: **3**, ano: **2026**, tipo: **ATA**, data de emissão: **13/04/2026** e o código de verificação: **ec7d07c308**